

**ANAIS 2018**

**MOSTRA DE  
MONOGRAFIAS 2017**



# **MOSTRA DE MONOGRAFIAS 2017**

**da Faculdade de Pará de Minas - FAPAM**

**05 de junho a 07 de julho de 2017 e**

**06 de novembro a 14 de dezembro de 2017**

## **ANAIS 2018**



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F143a Faculdade de Pará de Minas. Mostra de Monografias e Projetos de Conclusão de Curso da Faculdade de Pará de Minas (2017 : Pará de Minas, MG).  
Anais da Mostra de Monografias e Projetos de Conclusão de Curso da Faculdade de Pará de Minas / Mostra de Monografias e Projetos de Conclusão de Curso da Faculdade de Pará de Minas. – Pará de Minas. – Pará de Minas: FAPAM, 2018.  
71 p.

Seminário realizado de 05 de junho a 07 de julho de 2017.  
Seminário realizado de 06 de novembro a 14 de dezembro de 2017.

ISSN

1. Monografias. 2. Trabalho de Conclusão de Curso. I. Título.

CDD : 001.42

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Prof. Mello Cançado  
Jordeilson de Lana Silva – CRB/3191

FICHA TÉCNICA – Mostra de Monografias

Elaboração das informações, dados institucionais e organização dos resumos:

Sra. Ana Luiza Varela Grassi Marinho

Editoração:

Sra. Ana Luiza Varela Grassi Marinho

---

**CONFRARIA NOSSA SENHORA DA PIEDADE  
DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE DE PARÁ DE MINAS**

---

**DIRETORIA DA  
CONFRARIA -  
MANTENEDORA  
(2017 - 2019)**

Rua Ricardo  
Marinho, 110  
Bairro São Geraldo  
35660-398  
Pará de Minas – MG  
(37) 3237-2000

DIRETOR ESPIRITUAL  
Revmo. Lúcio Flávio Galvão Camargos  
PRESIDENTE  
Sr. José Cornélio de Oliveira  
VICE-PRESIDENTE  
Pe. Edmar Antônio de Souza  
PRIMEIRA SECRETÁRIA  
Sra. Ana Maria Moreira da Silveira  
SEGUNDA SECRETÁRIA  
Sra. Maria José de Jesus  
PRIMEIRO TESOUREIRO  
Sr. Alexandre Moraes de Paiva  
SEGUNDA TESOUREIRA  
Sra. Elza das Graças Alves da Silva

---

**FACULDADE DE  
PARÁ DE MINAS -  
MANTIDA  
(2018)**

Rua Ricardo  
Marinho, 110  
Bairro São Geraldo  
35660-398  
Pará de Minas – MG  
(37) 3237-2000

DIRETOR GERAL  
Prof. Me. Ruperto Benjamin Cabanellas Vega  
VICE-DIRETOR  
Prof. Esp. Marcus Vinícius Barbosa de Araújo  
CONSELHO SUPERIOR (CONSUP)  
Prof. Me. Ruperto Benjamin Cabanellas Vega -  
Presidente  
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E  
EXTENSÃO (CONSEP)  
Prof. Esp. Marcus Vinícius Barbosa de Araújo -  
Presidente  
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA)  
Prof. Dr. Márcio Eduardo Senra Nogueira  
Pedrosa Moraes - Coordenador  
NÚCLEO DE PESQUISA (NUPE)  
Prof. MSc. Reinaldo Rícharði Oliveira Galvão –  
Coordenador Centro de Pós-graduação,  
Pesquisa e Extensão - CEPE

## **CURSOS PARTICIPANTES DA MOSTRA**

### **BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**

Prof. Me. Paulo Henrique Pimenta –  
Coordenador

### **BACHARELADO EM DIREITO**

Profa. Ma. Sônia Cristina Fagundes Malta –  
Coordenadora

### **BACHARELADO EM ENFERMAGEM**

Prof. Me. Wesley Souza Castro –  
Coordenador

# SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO</b> .....	8
<b>BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO</b> .....	9
A PRÁTICA DA SUSTENTABILIDADE NAS EMPRESAS: ESTUDO DE CASO DA ALGAR TELECOM .....	9
O MARKETING DE RELACIONAMENTO COMO FERRAMENTA PARA SATISFAÇÃO E FIDELIZAÇÃO DE ASSOCIADOS À COOPERATIVA DE CRÉDITO .....	10
<b>BACHARELADO EM DIREITO</b> .....	11
A AFETIVIDADE COMO FUNDAMENTO PARA EFETIVAR A CONVIVÊNCIA ENTRE PAIS E FILHOS AFINS .....	11
A ANÁLISE DA APLICABILIDADE DO DOLO EVENTUAL OU CULPA CONSCIENTE NOS CASOS DE HOMICÍDIO PRATICADO POR EMBRIAGUEZ AO VOLANTE .....	12
A APLICAÇÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL PELA PERDA DE UMA CHANCE NA FASE PRÉ-CONTRATUAL NO DIREITO DO TRABALHO .....	13
A CONSTRUÇÃO DA VERDADE PROCESSUAL NAS AÇÕES DE ALIMENTOS GRAVÍDICOS: UM ESTUDO DA PROVA INDICIÁRIA PARA A CONCESSÃO DA TUTELA ANTECIPADA .....	14
A DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO: ANÁLISE DOS DIREITOS DO NASCITURO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.....	15
À DIREITA DO MAGISTRADO: OS AUXILIARES DA JUSTIÇA NAS AÇÕES DE PROCEDIMENTOS ESPECIAIS DO NCPD SÃO ESSENCIAIS AO PLENO DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE JUDICIÁRIA .....	16
A DOSIMETRIA DA PENA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.....	17
A EFETIVIDADE DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS COMO MEIO DE PACIFICAÇÃO DO ENTENDIMENTO DOS TRIBUNAIS E FORMA DE AGILIZAR A PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.....	18
A EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA EM AFRONTA AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA .....	19
A IMPRESCINDIBILIDADE DE COMUM ACORDO PARA O AJUIZAMENTO DE DISSÍDIO COLETIVO CONCATENADO COM O PRINCÍPIO DA INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO .....	20
A INFLUÊNCIA RELIGIOSA NA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA .....	21
A JUSTA E PRÉVIA INDENIZAÇÃO NO PROCESSO DE DESAPROPRIAÇÃO E A POSSIBILIDADE DE RESSARCIR O DANO MORAL.....	22
A PESSOALIDADE NA MEDIAÇÃO FAMILIAR E A CONSTRUÇÃO PARTICIPADA DA RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS FAMILIARES .....	23
A POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DOS MEIOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS EXTRAJUDICIAIS NO DIREITO DO TRABALHO.....	24
A PRESCRIÇÃO PENAL NOS CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA.....	25
A PROBLEMÁTICA JURÍDICA DA PRISÃO CIVIL DO DEVEDOR DE ALIMENTOS RELATIVAMENTE INCAPAZ: UM ESTUDO SOB A ÓTICA DO PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO E DA DIGNIDADE HUMANA.....	26
A PROBLEMÁTICA JURÍDICO-CONSTITUCIONAL DA PROTEÇÃO E DESTINAÇÃO DOS EMBRIÕES EXCEDENTÁRIOS: UMA PROPOSTA DE ADOÇÃO A PARTIR DA INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA DO DIREITO À VIDA .....	27

A PROTEÇÃO JURÍDICA CONFERIDA AOS ANIMAIS NÃO HUMANOS: OS NOVOS SUJEITOS DE DIREITO.....	28
A QUALIFICADORA DO FEMINICÍDIO NA ANÁLISE DOS CRIMES PRATICADOS NO ÂMBITO FAMILIAR E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA QUANTO AO GÊNERO FEMININO .....	29
A RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONSTRUTOR POR PROBLEMAS APRESENTADOS NO IMÓVEL....	30
A USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: UM ESTUDO DA POSSIBILIDADE DE REVISÃO JUDICIAL .....	31
ABORTO ASSISTIDO: UM DIREITO OU UM DELITO .....	32
ANÁLISE DA (IN) CONSTITUCIONALIDADE DO TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA LAVRADO PELA POLÍCIA MILITAR .....	33
ANÁLISE DA (IN) CONSTITUCIONALIDADE DOS ACORDOS DE COLABORAÇÃO PREMIADA EM FACE DO DEVIDO PROCESSO LEGAL.....	34
ANÁLISE DA ATRIBUIÇÃO PARA INVESTIGAÇÃO DOS CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA DE CIVIS PRATICADOS POR POLICIAIS MILITARES EM SERVIÇO OU ATUANDO EM RAZÃO DA FUNÇÃO .....	35
ANÁLISE DOS EFEITOS JURÍDICOS DA COLABORAÇÃO PREMIADA .....	36
APOSENTADORIA POR INVALIDEZ E O CONTRATO DE TRABALHO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO .....	37
ASPECTOS LEGAIS DO ESTUPRO PRATICADO POR MULHER .....	38
CONTROVÉRSIAS E EFICÁCIA DA LEI MARIA DA PENHA .....	39
CRIME PRIVILEGIADO E SEUS REQUISITOS: VIOLENTA EMOÇÃO E INJUSTA PROVOCAÇÃO DA VÍTIMA .....	40
CRIMES CIBERNÉTICOS: REFLEXÕES SOBRE A EVOLUÇÃO DOS CRIMES E SUA TIPIFICAÇÃO NUMA ERA TECNOLÓGICA.....	41
DANO MORAL DECORRENTE DO ABUSO SEXUAL INFANTIL: UM ESTUDO DOS CRITÉRIOS JURÍDICOS DE QUANTIFICAÇÃO.....	42
EUTANÁSIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: AUTONOMIA DO PACIENTE/CIDADÃO DE ESCOLHA .....	43
EUTANÁSIA SOB A PERSPECTIVA DA HERMENÊUTICA JURÍDICA: UM CONFRONTO ENTRE O DIREITO À VIDA E O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA .....	44
FUNDAMENTOS JURÍDICO-CONSTITUCIONAIS DO RECONHECIMENTO DAS UNIÕES POLIAFETIVAS NO BRASIL .....	45
IMPARCIALIDADE DO JUÍZO NO NOVO CPC: UM ESTUDO DE DECISÕES QUE A CONSCIÊNCIA DO JUIZ PREVALECEU SOBRE A FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA .....	46
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E OS ATOS ÍMPROBOS DOS AGENTES POLÍTICOS .....	47
(IN) APLICABILIDADE DA LEI MARIA DA PENHA AOS TRANSEXUAIS .....	48
(IN) APLICABILIDADE DA LEI MARIA DA PENHA ÀS TRAVESTIS E TRANSEXUAIS .....	49
(IN) CONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 10 DA LEI 9.263/96: UM ESTUDO DA LAQUEADURA E VASECTOMIA VISTO SOB A ÓTICA DA AUTONOMIA PRIVADA.....	50

INCONSTITUCIONALIDADE DA SÚMULA 385 DO STJ .....	51
LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E SUA APLICAÇÃO AOS AGENTES POLÍTICOS .....	52
O CONTROLE JURISDICIONAL DA DISCRICIONARIEDADE NO PROCESSO LEGISLATIVO DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS.....	53
O DESAFORAMENTO E IMPARCIALIDADE DOS JURADOS .....	54
O INTERROGATÓRIO PROCEDIDO CONFORME A LEI 11.343/06, SOB UMA PERSPECTIVA CONSTITUCIONALIZADA.....	55
O MÉTODO APAC: UMA ALTERNATIVA PARA RECUPERAÇÃO NA EXECUÇÃO PENAL .....	56
O MÉTODO DA ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS (APAC) DE ITAÚNA/MG NA RESSOCIALIZAÇÃO.....	57
O PERFIL CONSTITUCIONAL DAS TERRAS PÚBLICAS FACE À AÇÃO DE USUCAPIÃO.....	58
O REGIME PATRIMONIAL DE BENS SEM A PACTUAÇÃO DE CONTRATO DE CONVIVÊNCIA .....	59
O SISTEMA PRISIONAL E A LEI DE EXECUÇÃO PENAL .....	60
O TESTEMUNHO DO POLICIAL MILITAR NO CRIME DE TRÁFICO .....	61
PATERNIDADE SOCIOAFETIVA E IMPOSSIBILIDADE DE DESCONSTITUIÇÃO POSTERIOR.....	62
PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E A EXECUÇÃO ANTECIPADA DA PENA .....	63
RELEITURA JURÍDICA DO PROCESSO JUDICIAL DE CURATELA SOB A ÓTICA DO ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA .....	64
UM ESTUDO SOBRE O ESTATUTO DO DESARMAMENTO – LEI 10.826/03 .....	65
<b>BACHARELADO EM ENFERMAGEM.....</b>	<b>66</b>
APLICAÇÃO DA SISTEMATIZAÇÃO DE ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM EM USUÁRIOS PORTADORES DA SÍNDROME DE GUILLAIN BARRÉ: UMA REVISÃO DE LITERATURA .....	66
ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NA ATENÇÃO DOMICILIAR: UMA REVISÃO DE LITERATURA.....	67
HISTÓRICO DE EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS AO ALEITAMENTO MATERNO .....	68
O CONVIVER COM A HANSENÍASE: RELATOS DE EXPERIÊNCIAS .....	69
SENTIMENTOS DOS PAIS EM RELAÇÃO AOS SEUS FILHOS PORTADORES DE NECESSIDADE ESPECIAIS .....	70
STATUS ATUAL DOS CUIDADOS PALIATIVOS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE .....	71



Fazer pesquisa no Brasil não é fácil, ainda mais quando a educação cede espaço ao capital. Importante não é o que se sabe, mas o quanto se tem na conta bancária! Paga-se um preço alto por acreditar nesse falso ídolo, típico de países subdesenvolvidos.

Essa situação potencialmente gera desigualdade social, fome, pessoas morrendo nas filas de hospitais, corrupção, insegurança no cotidiano... infelizmente esse quadro faz parte da realidade brasileira, como é possível perceber por intermédio de um olhar crítico.

Porém, de outro lado, há um outro Brasil, este formado por todos aqueles que acreditam na força transformadora do conhecimento. Essa é a realidade de todos os envolvidos na realização dos presentes Anais: estudantes, professores, corpo diretivo e funcionários do corpo técnico-administrativo da Faculdade de Pará de Minas.

Neste sentido, a quarta edição dos Anais da FAPAM apresenta os trabalhos monográficos realizados no ano de 2017, constituindo, em sua maioria, o primeiro trabalho científico de fôlego apresentado pelos seus autores, que são os nossos alunos.

É fundamental destacar, ainda, a participação dos professores, orientando e acalmando os discentes nos momentos de ansiedade, situação comum quando se está elaborando uma pesquisa científica do quilate de um Trabalho de Conclusão de Curso.

Esse esforço conjunto culminou nesta publicação, que chega em boa hora, expondo à comunidade acadêmica os resumos desses trabalhos, que apresentam de maneira objetiva os elementos científicos de cada pesquisa.

Não resta outra atitude neste momento que não seja parabenizar toda a equipe da Faculdade de Pará de Minas por potencializar o desenvolvimento intelectual e científico da sociedade paraminense e de municípios adjacentes, há 50 anos.

Enfim, esta publicação é uma simples homenagem à nossa querida FAPAM, instituição de ensino superior que honra a esperança de sua semente, lançada no ano de 1968 por um grupo de visionários, liderados pelo Cônego Gabriel Hugo da Costa Bittencourt, que certamente está sorrindo lá do Céu!

Boa leitura a todos!

**Prof. Dr. Márcio Eduardo Senra Nogueira Pedrosa Morais**

Coordenador da Comissão Própria de Avaliação da FAPAM

Professor da Faculdade de Pará de Minas

## A PRÁTICA DA SUSTENTABILIDADE NAS EMPRESAS: Estudo de caso da Algar Telecom

RODRIGUES, Elaine Aparecida<sup>1</sup>  
MACÁRIO, Fernanda Aparecida Faria<sup>2</sup>  
NEVES, Pânfila Cardoso<sup>3</sup>  
OLIVEIRA, Annevia Palhares Vieira Diniz<sup>4</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

### RESUMO

No passado, sustentabilidade era um termo voltado somente para as questões ambientais, se restringindo às questões teóricas. Com o passar do tempo, estudiosos das mais diversas áreas perceberam que era necessária a adesão de toda a sociedade para se minimizar os problemas ambientais – inclusive da área empresarial. Atualmente, um número cada vez maior de empresas está realizando práticas de sustentabilidade, envolvendo não somente o meio ambiente, mas também a sociedade. Os benefícios são inúmeros, inclusive para a própria empresa, que reduz gastos e aumenta seus lucros. Assim, o presente trabalho teve como objetivo verificar como a empresa selecionada, a Algar Telecom, adota o conceito de sustentabilidade e responsabilidade social. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e a observação participante, realizada por uma funcionária da referida empresa. Ao final do trabalho, foi possível concluir que a empresa analisada se enquadra no conceito de “empresa verde” e adota práticas de sustentabilidade, visto que investe em vários projetos, tanto ambientais quanto sociais.

**Palavras-chave:** Sustentabilidade. Empresas. Meio ambiente.

---

1 Graduanda em Administração pela Fapam – Faculdade de Pará de Minas.

2 Graduanda em Administração pela Fapam – Faculdade de Pará de Minas.

3 Graduanda em Administração pela Fapam – Faculdade de Pará de Minas.

4 Mestre em Administração pela Faculdade de Estudos Administrativos de Minas Gerais – FEAD – MG;

Especialista em Administração Financeira pela Fundação Getúlio Vargas – RJ; Graduada em Ciências Contábeis pela PUC Minas; Graduada em Administração pela UFMG.

# O MARKETING DE RELACIONAMENTO COMO FERRAMENTA PARA SATISFAÇÃO E FIDELIZAÇÃO DE ASSOCIADOS À COOPERATIVA DE CRÉDITO

Natália Do Carmo Alves<sup>1</sup>  
Sabrina Amaro Ribeiro<sup>2</sup>  
Flávia Ferreira Araújo<sup>3</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

natyalves00@hotmail.com; sabrinaamaroribeiro@gmail.com; flaviavetaraujo@yahoo.com.br

## RESUMO

Diante de um mercado cada vez mais competitivo, a diferenciação dos produtos e serviços se torna algo crucial para a sobrevivência das organizações. Para garantir essa permanência no mercado é extremamente importante que seja firmado um bom relacionamento com os clientes visando à satisfação e fidelização dos mesmos. É indispensável que as organizações identifiquem as necessidades e desejos de seus clientes melhorando o atendimento constantemente. Este artigo tem como objetivo avaliar a importância do marketing de relacionamento nas cooperativas de crédito, buscando alcançar a satisfação e a fidelização dos cooperados. Esse tema tem ganhado cada vez mais atenção, tornando-se fundamental a manutenção dos clientes, passando a ser uma opção menos onerosa mantê-los do que conquistar novos. Para realização deste artigo de referencial bibliográfico foram utilizados dados secundários como obras bibliográficas, artigos e dissertações. As pesquisas analisadas permitiram confirmar a importância da utilização do marketing de relacionamento para criar uma relação duradoura com os associados, buscando a manutenção, retenção e fidelização dos mesmos.

**Palavras-chave:** marketing de relacionamento, cooperativas de crédito, fidelização.

---

<sup>1</sup> Graduando em Administração pela Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Graduando em Administração pela Faculdade de Pará de Minas.

<sup>3</sup> Doutora em Ciência Animal pela UFMG. Mestre em Medicina Veterinária pela UFMG. Graduada em Medicina Veterinária pela UFMG.

## A AFETIVIDADE COMO FUNDAMENTO PARA EFETIVAR A CONVIVÊNCIA ENTRE PAIS E FILHOS AFINS

Raphael Gomes Nery<sup>1</sup>  
Fabrício Veiga Costa<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

raphael\_et@hotmail.com; fvcufu@uol.com.br

### RESUMO

As famílias reconstituídas, cada vez mais comuns em nosso país, vêm crescendo de forma exponencial, entretanto ficando à marginalidade em algumas situações por ausência de legislação a respeito. Tais famílias possuem sua estrutura baseada na afetividade, sendo esta, a base para sua formação. O direito de convivência garantido constitucionalmente à todas as crianças, deve ser também estendido aos filhos afins (enteados) com seus pais afins (padrastos e madrastas). Assim, este trabalho tem como objetivo analisar a possibilidade de garantir, e formas de efetivar, o direito de convivência nas novas estruturas familiares, principalmente nas famílias reconstituídas, utilizando como base, princípios constitucionais como o da igualdade e dignidade da pessoa humana, além de princípios norteadores do Estatuto da Criança e do Adolescente, vez que hoje, o tratamento legal dispensado à estas famílias vão de encontro à princípios e garantias fundamentais, o que não pode ser admitido em um Estado Democrático de Direito, à luz da Constituição Federal, esta promulgada democraticamente. Foi utilizado o método teórico-bibliográfico, para fornecer uma abordagem mais ampla e diversificada do problema proposto a partir do levantamento e estudos bibliográficos desenvolvidos criticamente a partir dos autores e pesquisadores que debatem direta e indiretamente o tema que foi objeto da presente pesquisa. Além da pesquisa bibliográfica, foi utilizado o método de análises interpretativas e textuais que contou com o estudo e consulta de monografias, artigos científicos e revistas relacionados ao tema em debate. Realizou-se, ainda, uma análise jurisprudencial nos tribunais nacionais.

**Palavras-chave:** Direito de Convivência; Família Socioafetiva; Vínculo Afetivo.

---

<sup>1</sup> Estudante de Direito da FAPAM – Faculdade de Pará de Minas

<sup>2</sup> Pós-Doutor em Educação pela UFMG. Doutor em Direito Processual pela PUC – MG, Mestre em Direito Processual pela PUC-MG, Especialista em Direito Processual pela PUC-MG e Graduado em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia.

# A ANÁLISE DA APLICABILIDADE DO DOLO EVENTUAL OU CULPA CONSCIENTE NOS CASOS DE HOMICÍDIO PRATICADO POR EMBRIAGUEZ AO VOLANTE

Hugo Henrique da Silva<sup>1</sup>  
Francisco José Vilas Bôas Neto<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

hugofio2006@gmail.com

## RESUMO

Esse trabalho aborda o *inter criminis*, analisando despretensiosamente os elementos que integram o caminho percorrido para configuração do crime. Com o objetivo principal de construir uma análise jurídica sobre qual instituto penal deve ser aplicado nos crimes de homicídios no trânsito, provocados com motoristas em estado de embriaguez, a pesquisa restringe-se à discussão entre os institutos penais referentes ao dolo eventual e culpa consciente. Pretende-se alcançar um melhor entendimento e compreensão do que possam ser essas modalidades sob a ótica jurídica, a partir do estudo um pouco aprofundado de cada instituto.

**Palavras-chave:** Dolo eventual. Culpa consciente. Homicídio por embriaguez ao volante.

Subsunção do fato à norma.

---

<sup>1</sup> Graduando em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas

<sup>2</sup> Mestre em Filosofia pela FAJE; especialista em Direito pela UCAM/RJ; graduado em Direito pela PUC Minas; advogado criminalista; professor de Direito Penal e Processo Penal.

## A APLICAÇÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL PELA PERDA DE UMA CHANCE NA FASE PRÉ-CONTRATUAL NO DIREITO DO TRABALHO

Rodrigo Rogério de Oliveira<sup>1</sup>  
Giovane Lopes Cançado Mendonça<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

rodrigooliveira.m@hotmail.com; giovane.mendonca@fapam.edu.br

### RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar a possibilidade da aplicação da responsabilidade civil pela teoria da perda de uma chance na fase pré-contratual no Direito do Trabalho. Para tanto, apresentou-se as noções introdutórias da responsabilidade civil, ressaltando seu conceito e pressupostos gerais. Também se buscou verificar a origem do instituto da perda de uma chance, tendo em vista que o mesmo é um dano autônomo e por isso não se confunde com os danos emergentes nem com os lucros cessantes. Tendo como base uma análise jurisprudencial e uma pesquisa de cunho bibliográfico, baseada nos ensinamentos de renomados autores, como Flávio da Costa Higa, Marcos Bernardini, Mauricio Godinho Delgado entre outros, pretende-se fundamentar a aplicação da referida teoria na fase pré-contratual do pacto laboral. Ao final conclui-se que existe uma divisão da relação contratual em três fases, sendo que a etapa pré-contratual, ou seja, aquela que antecede a celebração do contrato de trabalho é um terreno fértil para a incidência de perdas de oportunidades ou de chances de se obter uma vantagem, por isso a teoria deve ser aplicada no âmbito trabalhista, tendo em vista que este dano é fruto da violação do princípio da boa-fé e necessita ser indenizado.

**Palavras-chave:** Responsabilidade civil. Perda de uma chance. Fase pré-contratual. Contrato de trabalho. Boa-fé.

---

<sup>1</sup> Graduado em Direito pela FAPAM - Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Mestre em Direito Empresarial pela UIT - Universidade de Itaúna. Graduado em Direito pela UIT -Universidade de Itaúna.

**A CONSTRUÇÃO DA VERDADE PROCESSUAL NAS AÇÕES DE ALIMENTOS GRAVÍDICOS:  
um estudo da prova indiciária para a concessão da tutela antecipada**

Elaine Cristina de Sena e Silva<sup>1</sup>  
Fabrício Veiga Costa<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas –FAPAM

crissenasilva0081@hotmail.com/ fvcufu@uol.com.br

**RESUMO**

A Lei de Alimentos Gravídicos de nº 11.804 promulgada em data de 05 de novembro de 2008, trouxe em seu texto constitucional imposição quanto a garantias em face da genitora para que esta pudesse obter uma gestação digna, conferindo-lhe a possibilidade mediante representação do filho, desempenhar um direito que lhe é devido. A referida lei garantiu a tutela jurisdicional baseando-se apenas em meros indícios de paternidade, proferindo o magistrado a decisão com base nas alegações da genitora. Originalmente foram instituídos no regulamento a soma de doze artigos, entretanto somente seis deles foram sancionados, como por exemplo o que conferia ao suposto pai, em caso de má-fé da genitora, ação contra a mesma de reparação de danos a ele causados. Em se tratando da repetição do indébito, segundo a lei, não confere ao suposto pai a possibilidade de ressarcimento, caso configure comprovado erro. Dessa forma, é preciso compreender se caberá ou não reparação ao suposto pai, pelo dano a ele conferido, pois o mesmo pagou os alimentos ao longo do período gestacional, e em momento posterior ficou comprovado não ser o genitor da criança.

**Palavras-chave:** Alimentos. Nascituro. Lei n. 11.804/08. Gravídicos

---

<sup>1</sup> Graduanda em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Pós-Doutor em Educação pela UFMG. Doutor em Direito Processual pela PUC – MG, Mestre em Direito Processual pela PUC-MG, Especialista em Direito Processual pela PUC-MG e Graduado em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia.

## A DESCRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO: ANÁLISE DOS DIREITOS DO NASCITURO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.

Ernando Batista de Carvalho<sup>1</sup>  
Francisco José Vilas Boas Neto<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

carvalho.ernando@hotmail.com vilasboas.f@hotmail.com

### RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem por objetivo realizar uma abordagem a respeito do aborto, mostrando a forma como é tratado pelo ordenamento jurídico brasileiro e as formas em que sua ocorrência não é mais considerada como crime. Buscar-se-á também uma abordagem acerca do início da vida de acordo com as teorias concepcionista, natalista e teoria da personalidade condicional, nas quais o legislador infraconstitucional se baseou para definir a personalidade civil da pessoa. Será traçada também uma abordagem principiológica com fundamento no princípio da dignidade da pessoa humana, que é um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito. Entretanto, o enfoque principal se relaciona com a descriminalização da prática do aborto, deixando de ser tratado como crime, e a ocorrência do ataque aos direitos fundamentais do nascituro, que são totalmente desconsiderados quando da prática abortiva.

**Palavras-chave:** Aborto. Descriminalização. Direitos Fundamentais. Conflito de Direitos. Nascituro. Direito à vida.

---

<sup>1</sup> Graduando em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas

<sup>2</sup> Mestre em Filosofia pela FAJE; especialista em Direito pela UCAM/RJ; graduado em Direito pela PUC Minas; advogado criminalista; professor de Direito Penal e Processo Penal.



**À DIREITA DO MAGISTRADO:  
Os auxiliares da justiça nas Ações de procedimentos especiais do NCPC são essenciais ao pleno desenvolvimento da atividade judiciária?**

Iany Cristina Rabêlo Rezende<sup>1</sup>  
Ronaldo Galvão<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

iany\_rezende11@hotmail.com

**RESUMO**

O presente trabalho de conclusão de curso tem como tema “À DIREITA DO MAGISTRADO: Os auxiliares da justiça nas Ações de procedimentos especiais do NCPC são essenciais ao pleno desenvolvimento da atividade judiciária?”, no qual irá abordar as características da equipe multidisciplinar, perito, *amicus curiae*, especialista, conciliador e mediador nas Ações de Procedimentos Especiais do Novo Código de Processo Civil de forma a analisar os pontos positivos e negativos em relação a sua participação nos processos em que são solicitados e se, sua presença, irá influenciar ou não as decisões proferidas pelos magistrados, utilizando-se de julgados e pesquisa de campo realizado na comarca de Pará de Minas em Minas Gerais.

**Palavras chave:** Equipe multidisciplinar, perito, *amicus curiae*, conciliador, mediador.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas

<sup>2</sup> Mestre em Teoria de Direito pela PUC-MG, Especialista em Direito Processual Civil pela FADOM-Divinópolis, Graduado em Direito pela Unifenas-Alfenas/MG

## A DOSIMETRIA DA PENA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Cássia Cristina dos Santos. <sup>1</sup>  
Francisco José Vilas Boas Neto. <sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

### RESUMO

O presente estudo abordará a dosimetria da pena no ordenamento jurídico brasileiro. Em um primeiro momento será realizado um apanhado histórico das penas, com uma visão nas limitações constitucionais ao direito de punir. No segundo momento, passar-se-á a uma análise dos mais importantes princípios constitucionais relacionados à individualização judicial da reprimenda penal. Na terceira parte, será demonstrada a técnica trifásica de aplicação da pena fase a fase, em tópicos distintos.

**Palavras-chave:** Princípios Constitucionais. Aplicação da pena. Dosimetria.

---

<sup>1</sup> Graduada em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Mestre em Filosofia pela FAJE; especialista em Direito pela UCAM/RJ; graduado em Direito pela PUC Minas; advogado criminalista; professor de Direito Penal e Processo Penal.

# A EFETIVIDADE DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS COMO MEIO DE PACIFICAÇÃO DO ENTENDIMENTO DOS TRIBUNAIS E FORMA DE AGILIZAR A PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Filipe Gustavo Silva<sup>1</sup>  
Ronaldo Galvão<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

filipegs94@gmail.com;

## RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como tema a efetividade do incidente de resolução de demandas repetitivas como meio de pacificação do entendimento dos tribunais e forma de agilizar a prestação jurisdicional, no qual irá abordar as características do incidente de resolução de demandas repetitivas. Analisar-se-á conceito, competência, instauração, processamento e julgamento do incidente de acordo com Novo Código de Processo Civil. Os pontos positivos e negativos em relação a sua aplicação nas demandas classificadas como repetitivas. Se a utilização do procedimento, irá pacificar ou não o entendimento dos tribunais e favorece a prestação jurisdicional, utilizando-se de pesquisa bibliográfica e julgados sobre o referido tema.

**Palavras-chave:** Demandas repetitivas; Questão de direito; Isonomia; Segurança jurídica; Tese jurídica.

---

<sup>1</sup> Graduando em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Mestre em Teoria do Direito pela PUC - MG (2015), Especialista em Direito Processual Civil pela FADOM - Divinópolis (2002). e Graduado em Direito pela Unifernas - Alfenas/MG (1997).

## A EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA EM AFRONTA AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA

Tamires Monteiro de Faria<sup>1</sup>  
Francisco José Vilas Bôas Neto<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas - FAPAM

monteirutamires08@gmail.com

### RESUMO

O presente estudo parte do método teórico-explanatório para demonstrar, no ordenamento jurídico, se a execução provisória da sentença penal condenatória é compatível com o Princípio da Presunção de Inocência, elencado no art. 5º, LVII, da Constituição Federal de 1988 (CRFB/88). Apresentar-se-á por meio da revisão doutrinária e jurisprudencial, as principais teorias aplicadas no Direito brasileiro. Para melhor entendimento do tema, inicia-se com a conceituação do Princípio da Presunção de Inocência, seus efeitos, sua evolução histórica, para em seguida falar especificamente sobre a execução penal e o início do cumprimento de pena.

**Palavras-chave:** Presunção de Inocência. Execução Penal. Sistema Penal. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Direito pela FAPAM- Faculdade de Pará de Minas

<sup>2</sup> Mestre em Filosofia pela FAJE; especialista em Direito pela UCAM/RJ; graduado em Direito pela PUC Minas; advogado criminalista; professor de Direito Penal e Processo Penal.

# A IMPRESCINDIBILIDADE DE COMUM ACORDO PARA O AJUIZAMENTO DE DISSÍDIO COLETIVO CONCATENADO COM O PRINCÍPIO DA INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO

Gustavo Henrique de Almeida Victória Baptista<sup>1</sup>  
Márcio Eduardo Senra Nogueira Pedrosa Morais<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

ghavb@hotmail.com marcioeduardopedrosamorais@gmail.com

## RESUMO

Diante da inserção trazida pela emenda constitucional nº 45 de 2004, intitulada reforma do poder judiciário e do ministério público, modificando parágrafo 2º do artigo 114 da constituição federativa da república do brasil de 1988, acrescentando e exigindo um novo pressuposto de admissibilidade para a propositura ou ajuizamento de um dissídio coletivo de natureza econômica denominado “comum acordo”, fundamenta-se a presente pesquisa. “comum acordo” ou mútuo assentimento consiste em um exercício conjunto das partes, não admitindo o ajuizamento unilateral do dissídio coletivo acima mencionado. Não obstante, a problemática em análise avalia se o pressuposto de admissibilidade supramencionado condiciona ou não o direito constitucional de ação e a garantia de acesso ao judiciário, previsto no art. 5º, inciso xxxv da constituição federativa da república do brasil de 1988, à anuência ou aceitação de um terceiro. A pesquisa é do tipo bibliográfica, pautada em análise doutrinária, legislativa e jurisprudencial acerca da temática.

**Palavras-chave:** Emenda constitucional nº 45. Pressuposto de admissibilidade. Comum acordo. Mútuo assentimento. Acesso ao judiciário.

---

<sup>1</sup> Graduado em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Doutor em Direito pela PUC – MG; Mestre em Teoria do Direito pela PUC – MG; Especialista em Ciências Criminais pela Universidade Gama Filho; Graduado em Direito pela Universidade de Itaúna – UIT. Professor da Faculdade de Pará de Minas.

## A INFLUÊNCIA RELIGIOSA NA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

Avner Felipe Inácio de Souza<sup>1</sup>  
Márcio Eduardo Senra Nogueira Pedrosa Morais<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

avnerfisouza@gmail.com marcioeduardopedrosamorais@gmail.com

### RESUMO

A presente monografia tem o objetivo de verificar, à luz da laicidade, se há, de fato, uma influência religiosa na representação política no Brasil, utilizando-se para isso da pesquisa bibliográfica, baseada em doutrinas, leis, julgados e, principalmente, estudos de casos. Para melhor entendimento, o trabalho fora dividindo em quatro capítulos, sendo eles, “Introdução”, “O que é laicidade?”, “A influência religiosa no processo legislativo” e “Conclusão”, onde, respectivamente, introduz-se o assunto de forma sucinta; traz-se conceitos de laicidade, laicismo e secularização, e sua evolução histórica no país; abrange-se o Direito eleitoral relativo ao tema e faz-se estudos de casos concretos; e por fim, tem-se a conclusão, no sentido de que as leis eleitorais expressam uma proteção insuficiente à laicidade, trazendo apenas três dispositivos que tratam do assunto, o art. 24, VII e art. 34 §4º da Lei nº 9.504/97 e o art. 242 do Código Eleitoral, o que acarreta em uma mitigação da laicidade no Brasil, mediante a atividade e inatividade parlamentar, sobretudo da bancada evangélica, no momento da criação de leis e políticas públicas com conteúdo moral-religioso, conforme se observa nos casos concretos.

**Palavras-chave:** Laicidade. Representação política. Bancada evangélica. Liberdade religiosa

---

<sup>1</sup> Graduado em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Doutor em Direito pela PUC – MG; Mestre em Teoria do Direito pela PUC – MG; Especialista em Ciências Criminais pela Universidade Gama Filho; Graduado em Direito pela Universidade de Itaúna – UIT. Professor da Faculdade de Pará de Minas.

## **A JUSTA E PRÉVIA INDENIZAÇÃO NO PROCESSO DE DESAPROPRIAÇÃO E A POSSIBILIDADE DE RESSARCIR O DANO MORAL**

Hellen Rodrigues de Melo<sup>1</sup>  
Cid Capobiango Soares de Moura<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

hellen.r.m@hotmail.com; ccapobiango@gmail.com

### **RESUMO**

O processo de desapropriação é a mais grave, e importante forma de intervenção do Estado na propriedade privada. Referente ao instituto da desapropriação, destaca-se a justa e prévia indenização que se trata de mandamento constitucional. Entretanto, cabe argumentar à possibilidade de consideração do valor afetivo e de possível dano moral decorrente do processo expropriatório. Considerando que a restituição ao dano moral também é prevista constitucionalmente, visto que é possível quando a conduta do agente gerar abalo psíquico e sofrimento ao indivíduo.

**Palavras-chave:** Desapropriação; Indenização Justa e Prévia; Dano moral.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Master em Gestão e Auditoria Ambiental; Especialista em Direito Civil e Processual Civil pela Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce, Governador Valadares – MG; Especialista em Direito Público pelo Centro Universitário Newton Paiva; Graduado em Direito pela Faculdade de Direito Milton Campos.

# A PESSOALIDADE NA MEDIAÇÃO FAMILIAR E A CONSTRUÇÃO PARTICIPADA DA RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS FAMILIARES

Valéria Vieira Lacerda<sup>1</sup>  
Sônia Cristina Fagundes Malta<sup>2</sup>

Faculdade de Para de Minas –FAPAM

valeria1909direito@gmail.com; soniacrismalta@yahoo.com.br

## RESUMO

O presente trabalho analisa a utilização da mediação na composição dos conflitos familiares, abordando os principais textos normativos que fazem referência ao instituto da mediação. Na análise dos meios de composição de conflitos, é possível constatar que a mediação é o meio mais adequado de tratamento para os conflitos familiares. Os conflitos familiares, por serem permeados de forte carga emocional e ocorrerem em relações que, na maioria das vezes, continuarão existindo no tempo, necessitam de abordagem adequada e eficaz que possa vir a melhor solucioná-los. O mediador, ao facilitar o diálogo entre os mediandos, viabiliza o restabelecimento da comunicação e assim possibilita que as próprias partes encontrem saídas produtivas, com ganhos mútuos. A mediação, por ser um método consensual, só acontece por vontade das partes, que são protagonistas na construção da solução. Após pesquisa bibliográfica em obras de expoentes juristas que abordam o tema, concluiu-se que a participação pessoal dos próprios envolvidos no conflito familiar, na(s) sessão(ões) de mediação, revela-se fato que imprime maior qualidade ao processo de mediação e, via de consequência, aos resultados que se espera deste, quais sejam, a solução do conflito por meio do consenso e da troca de promessas, num eventual acordo construído com a participação ativa dos próprios mediandos.

**Palavras-chave:** Mediação. Conflitos familiares. Abordagem adequada. Construção participada da solução do conflito.

---

1 Graduada em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

2 Mestre em Teoria do Direito pela PUC-MG, Graduada em Direito pela Universidade de Itaúna UIT. Advogada.



## A POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DOS MEIOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS EXTRAJUDICIAIS NO DIREITO DO TRABALHO

Laís Marinho de Oliveira<sup>1</sup>  
Giovane Lopes Cançado Mendonça<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

lais-marinho@hotmail.com

### RESUMO

A presente pesquisa objetiva ponderar sobre a aplicabilidade dos meios extrajudiciais de solução de conflitos no âmbito trabalhista, de maneira mais eficaz e mais célere e proceder análise de sua eficácia diante das restrições trazidas pelos direitos e princípios inerentes ao trabalhador. Diante do número excessivo de ações judiciais e da visível insatisfação diante do alongamento das demandas, as soluções pacíficas e mais céleres, surgem como forma de pacificação social. O estudo perpassa doutrinas e jurisprudências atinentes aos princípios trabalhistas, bem como legislação e institutos inerentes aos meios autocompositivos e heterocompositivos de soluções de conflitos, com a finalidade de encontrar possibilidades alternativas e eficazes, ao judiciário, sem abrir mão da proteção ao trabalhador, garantindo-se os direitos trabalhistas e proporcionando segurança às partes envolvidas. Ao finalizar o estudo, chega-se à conclusão de que essa é uma importante questão em evidência no atual cenário jurídico, que merece estudos aprofundados e ajustes para adequar os meios extrajudiciais de solução de conflitos trabalhistas.

**Palavras-chave:** Direito do Trabalho. Meios de solução de conflitos extrajudiciais. Mediação. Arbitragem. Comissão de conciliação prévia.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas

<sup>2</sup> Mestre em Direito Empresarial pela Universidade de Itaúna - UIT

## A PRESCRIÇÃO PENAL NOS CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA

André Morais Lara Martins<sup>1</sup>  
André Moreira dos Santos Almeida<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

andremartins51@hotmail.com andre.moreira80@yahoo.com.br

### RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem por objetivo analisar o instituto jurídico denominado prescrição penal, que gera a extinção da punibilidade do agente, conforme disposição no Código Penal Brasileiro. A análise da prescrição será realizada sob diversos aspectos, formas e conceitos e como a mesma é aplicada aos crimes dolosos contra a vida previstos na legislação penal brasileira. Pretende-se ainda, com o presente trabalho, analisar os delitos penais que são imprescritíveis de acordo com a Constituição Federal de 1988 e legislação infraconstitucional, para propor uma reflexão no leitor sobre eventual possibilidade de se atribuir aos crimes dolosos contra a vida a condição de imprescritíveis e quais seriam as consequências jurídicas e fáticas advindas de tal atribuição. A pesquisa a ser utilizado no trabalho engloba buscas jurisprudenciais e doutrinárias sobre o tema, bem como informações estatísticas existentes sobre a realidade fática brasileira no que diz respeito ao número de homicídios existentes no país, como forma de fundamentar a conclusão que foi possível obter pela elaboração do trabalho.

**Palavras-chave:** Prescrição penal. Crimes dolosos contra a vida. Imprescritibilidade. Direito penal. Extinção da punibilidade.

---

<sup>1</sup> Graduando em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Orientador Professor Especialista em Direito Público pela Universidade Cândido Mendes/ Graduado em Direito pela Universidade de Itaúna.

# **A PROBLEMÁTICA JURÍDICA DA PRISÃO CIVIL DO DEVEDOR DE ALIMENTOS RELATIVAMENTE INCAPAZ:**

**Um estudo sob a ótica do princípio da proteção e da dignidade humana**

Glemerson Fidélis Rodrigues da Silva<sup>1</sup>

Fabrcio Veiga Costa<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

glemerson.fideles@hotmail.com; fvcufu@uol.com.br

## **RESUMO**

Esta pesquisa tem por objetivo demonstrar a relevância do tema não esgotando as fontes de pesquisa. Apresentou-se então, para isso, pesquisa bibliográfica, analisando o contexto da pensão alimentícia no direito material. Buscou-se ainda, em pesquisa bibliográfica e jurisprudencial demonstrar o direito processual, visando a garantir a efetivação do direito a alimentos da criança, aplicando a prisão civil. Como resultado, foi possível verificar uma lacuna no ordenamento jurídico sobre o tema estudado.

Palavras-chave: Direito Civil. Alimentos. Relativamente incapaz. Prisão civil.

---

<sup>1</sup> Graduado em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas

<sup>2</sup> Pós-Doutor em Educação pela UFMG. Doutor em Direito Processual pela PUC – MG, Mestre em Direito Processual pela PUC-MG, Especialista em Direito Processual pela PUC-MG e Graduado em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia.

# A PROBLEMÁTICA JURÍDICO-CONSTITUCIONAL DA PROTEÇÃO E DESTINAÇÃO DOS EMBRIÕES EXCEDENTÁRIOS: UMA PROPOSTA DE ADOÇÃO A PARTIR DA INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA DO DIREITO À VIDA

Luana Rodrigues de Almeida  
Fabrício Veiga Costa

Faculdade de Pará de Minas - FAPAM

## RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo geral apresentar os motivos pelos quais os embriões humanos merecem tratamento digno e devem ter assegurado o direito à vida, através de uma interpretação extensiva, por serem seres humanos em estágio inicial de desenvolvimento e, a partir dessa premissa, apresentar uma proposta de adoção embrionária com o intuito de proporcionar uma destinação digna e humanizada aos embriões excedentários dos procedimentos de fertilização *in vitro*. Ainda, o Trabalho tem como objetivos específicos pesquisar sobre a reprodução humana medicamente assistida, em especial a fertilização *in vitro* e a possibilidade do direito à vida dos embriões excedentários, expor as questões problematizadas realizando os devidos esclarecimentos com base nas literaturas de bioética, biodireito e nas doutrinas jurídicas, analisar teoricamente o embrião, analisar criticamente a ADIN 3510 e a Resolução 2.103/2013 do Conselho Federal de Medicina fornecendo informações práticas e teóricas sobre procedimento e desenvolvimento da reprodução humana por fertilização *in vitro*. Atualmente, em que pese ser o embrião um ser humano em seu estágio inicial, o Brasil não assegura à ele sequer os direitos fundamentais previstos na Constituição Federal, assim, é permitido, com base na resolução do Conselho Federal de Medicina o descarte de embriões criopreservados por mais de 5 anos e, nos termos da Lei de Biossegurança, é permitida a utilização de embriões humanos em pesquisas, quando criopreservados por mais de 3 anos. O que é inadmissível em um Estado Democrático de Direito que tem como princípio fundamental a dignidade da pessoa humana. Essencialmente, realizou-se pesquisas bibliográfica e documental para dar embasamento ao Trabalho. A pesquisa bibliográfica tem como base as literaturas jurídicas, além das de bioética e biomedicina. Já a pesquisa documental realizou-se a partir de documentos digitais encontrados em sites especializados. No que concerne aos critérios de seleção das fontes de informação, foram utilizadas doutrinas de profissionais das áreas Jurídica e da Saúde, sobre o assunto em questão, para ampliar o ciclo de informações. A coleta de dados foi feita com base nos estudos bibliográficos supramencionados e na pesquisa documental, destacando-se as resoluções do CFM e a Lei de Biossegurança. Assim, através das pesquisas desenvolvidas, informações atuais e pertinentes foram obtidas.

**Palavras-chave:** Reprodução humana; Fertilização *in vitro*; Embriões excedentários; Vida humana; Adoção.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas

<sup>2</sup> Doutor em Direito Processual pela PUC – MG, Mestre em Direito Processual pela PUC-MG, Especialista em Direito Processual pela PUC-MG e Graduado em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia.

## **A PROTEÇÃO JURÍDICA CONFERIDA AOS ANIMAIS NÃO HUMANOS: OS NOVOS SUJEITOS DE DIREITO**

Lucas Henrique de Moura Barcelos<sup>1</sup>  
Ronaldo Galvão<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

lucasmoura13@yahoo.com.br; ronaldo79171@gmail.com

### **RESUMO**

Foi realizada, no presente trabalho, uma análise jurídica acerca da viabilidade de se conceder aos animais não humanos uma nova natureza jurídica, de modo que deixem de ser semoventes e passem a ser os novos sujeitos de direito, titularizando direitos e deveres no mundo jurídico. Para tanto, a pesquisa se valeu do método bibliográfico, notadamente orientado por doutrinas jurídicas e por obras que tratam especificamente sobre a proteção jurídica dos animais, assim como uma análise de casos envolvendo os animais no Poder Judiciário brasileiro e estrangeiro, no intuito de compreender a forma como os Tribunais vêm discutindo o tema ora estudado. Ao final da pesquisa, concluiu-se que o Poder Judiciário permanece adstrito a um certo conservadorismo, impedindo que os animais conquistem um novo status jurídico. Por outro lado, a doutrina brasileira vem sendo campo de calorosas discussões acerca do tema, resultando na criação de várias teorias que tentam justificar a viabilidade ou não da ideia de uma nova natureza jurídica aos animais, tais como aquela que defende a concessão de personalidade jurídica aos semoventes e a outra que aponta tal requisito como dispensável à titularidade de direitos e deveres no âmbito jurídico.

Palavras-chave: Direitos dos animais. Animais não humanos. Sujeitos de direito. Entes despersonalizados.

---

<sup>1</sup> Graduando em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas

<sup>2</sup> Mestre em Teoria do Direito pela PUC – MG, especialista em Direito Processual Civil pela FADOM – Divinópolis, graduado em Direito pela Unifernas – Alfenas/MG.

**A QUALIFICADORA DO FEMINICÍDIO NA ANÁLISE DOS CRIMES PRATICADOS  
NO ÂMBITO FAMILIAR E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA QUANTO AO GÊNERO  
FEMININO.**

Mônica Cristina de Faria Ribeiro<sup>1</sup>  
André Moreira dos Santos Almeida<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas-FAPAM

monicarff@hotmail.com; andre.moreira8@yahoo.com.br

**RESUMO**

A presente monografia proporciona o estudo da qualificadora do feminicídio, recentemente alterada no Decreto-Lei 2848/40 se diminuirão os crimes no âmbito familiar e quanto ao gênero feminino. A lei 13.104 de 09 de março de 2015 acrescentou a qualificadora do feminicídio ao crime de homicídio. No entanto, com o aumento dos crimes de violência doméstica e quanto ao gênero feminino mesmo com a Lei 11.340/06 em tramitação, foi necessária a promulgação da Lei 13.104/2015. Para aprofundar e bem entender o assunto, examina-se e conceitua-se a violência doméstica, o sujeito ativo, o sujeito passivo. Em seguida, o princípio da igualdade como norteador de todo o ordenamento jurídico, a hipossuficiência da mulher em relação ao homem. Por fim, a qualificadora do feminicídio propriamente dita é estudada, apontando se mesmo com a entrada em vigor da Lei 13.104/2015 se diminuirá os crimes no âmbito familiar e quanto ao gênero feminino, com a demonstração de jurisprudência e da doutrina.

**Palavras chaves:** Violência doméstica, feminicídio, gênero feminino.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Orientador Professor Especialista em Direito Público pela Universidade Cândido Mendes/ Graduado em Direito pela Universidade de Itaúna.

## A RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONSTRUTOR POR PROBLEMAS APRESENTADOS NO IMÓVEL

Guilherme Alexandre Silva Castro<sup>1</sup>  
Júlio Moraes Oliveira<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

### RESUMO

Este trabalho teve o objetivo de analisar a responsabilidade civil do construtor por problemas apresentados no imóvel. A pesquisa foi estruturada em três etapas: introdução, referencial teórico e, por fim, as considerações finais. Para o embasamento teórico, foram abordados tópicos relacionados ao tema, tais como: a responsabilidade civil, em sua forma objetiva e subjetiva, a responsabilidade civil perante o Código de Defesa do Consumidor, a responsabilidade contratual e extracontratual, do construtor; a nova teoria contratual, as práticas e cláusulas abusivas. Os resultados obtidos apontam que os produtos entregues pelo mercado da construção civil possuem uma natureza normalmente muito mais extensa que a maioria dos produtos postos à disposição dos consumidores, bem como os prazos de garantia contra os vícios e a responsabilidade dos construtores. Nesse sentido, o código civil e o código de defesa do consumidor são instrumentos aptos a assegurar os direitos dos proprietários frente ao mercado de consumo.

**Palavras-chave:** Compra. Imóvel. Práticas abusivas.

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de direito da FAPAM.

<sup>2</sup> Mestre em Direito pela Universidade – FUMEC – Professor da FAPAM.

## A USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: um estudo da possibilidade de revisão judicial

Romeu Caldas Borges<sup>1</sup>  
Fabrício Veiga Costa<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

romeu\_pit@hotmail.com; fvcufu@uol.com.br

### RESUMO

O presente trabalho tem por si analisar a nova atribuição dada aos serviços registrais e notariais em relação à usucapião extrajudicial, bem como a possibilidade da revisão judicial do procedimento. Busca-se com o trabalho proporcionar uma discussão acerca do tema usucapião e seus aspectos, uma vez que escolhido a modalidade extrajudicial do instituto. Para tanto, fora apresentado diversas conceituações referentes aos tipos de usucapião, bem como os procedimentos utilizados pelos serviços notariais e registrais, sendo que após a declaração da propriedade, pelo oficial de registro imobiliário, a possibilidade da revisão judicial com o fundamento de *erro in procedendo*, ou seja, erro em alguma etapa do procedimento extrajudicial que possa causar alguma nulidade procedimental. Conclui-se, após as análises, que é possível a revisão judicial da usucapião extrajudicial, que apesar da segurança jurídica implícita nos atos praticados pelos determinados ofícios, notariais e registrais, a Constituição Federal de 1988, garante a possibilidade da revisão judicial em seu artigo 5º, inciso XXV, desde que não prejudique o direito adquirido, o ato jurídico perfeito.

**Palavras Chave:** Usucapião; Extrajudicial; Registro; Cartório.

---

<sup>1</sup> Graduando em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas

<sup>2</sup> Pós-Doutor em Educação pela UFMG. Doutor em Direito Processual pela PUC – MG, Mestre em Direito Processual pela PUC-MG, Especialista em Direito Processual pela PUC-MG e Graduado em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia.



## **ABORTO ASSISTIDO: Um direito ou um delito?**

Roger Pereira<sup>1</sup>  
Francisco José Vilas Boas Neto<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

roger.pr@hotmail.com

### **RESUMO**

O presente trabalho de conclusão de curso tem como tema: “Aborto assistido, um direito da mulher ou um delito?” Analisando os pontos positivos e negativos inerentes ao instituto jurídico em comento, traçar-se-á um parâmetro entre o direito posto e suas sanções penais, em face do direito de escolha da mulher, do seu livre arbítrio e, bem como dos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da legalidade.

**Palavras chave:** Aborto, dignidade da pessoa humana, feto, gestante, direito à vida.

---

<sup>1</sup> Graduando em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Mestre em Filosofia pela FAJE; especialista em Direito pela UCAM/RJ; graduado em Direito pela PUC Minas; advogado criminalista; professor de Direito Penal e Processo Penal.

## ANÁLISE DA (IN) CONSTITUCIONALIDADE DO TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA LAVRADO PELA POLÍCIA MILITAR

Amanda Kamylla de Faria Cruz<sup>1</sup>  
Márcio Eduardo Senra Nogueira Pedrosa Morais<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

amandakamylla@hotmail.com; marcioeduardopedrosamorais@gmail.com

### RESUMO

A presente pesquisa abordará acerca do termo circunstanciado de ocorrência, peça investiga mais simples do que tradicional inquérito policial. A pesquisa aborda de forma delimitada uma análise da (in) constitucionalidade do termo circunstanciado de ocorrência lavrado pelo policial militar. Discutir-se-á ao longo deste trabalho com fulcro no artigo 69 da Lei 9099/95 e com base na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a (in) constitucionalidade do Termo Circunstanciado de Ocorrência lavrado pela Polícia Militar uma vez que, com base no atual dispositivo legal a competência é da autoridade Policial que tomar conhecimento da ocorrência, lado outro, tem-se a competência da Polícia Judiciária, a considerar o Projeto de Lei n.º 3503/2016. A metodologia empregada para a presente pesquisa terá como parâmetro metodológico a análise de bibliografias, através da consulta de livros, artigos científicos, doutrinas, e em arquivos públicos, donde será realizada uma análise construtiva dos posicionamentos dos autores em relação ao tema.

**Palavras-chave:** Termo Circunstanciado de Ocorrência. Autoridade Policial. Inconstitucionalidade. Autoridade Policial. Crimes de Menor Potencial ofensivo.

---

<sup>1</sup>Graduada em Direito pela FAPAM- Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup>Doutor em Direito pela PUC – MG; Mestre em Teoria do Direito pela PUC – MG; Especialista em Ciências Criminais pela Universidade Gama Filho; Graduado em Direito pela Universidade de Itaúna – UIT. Professor da Faculdade de Pará de Minas.

## ANÁLISE DA (IN) CONSTITUCIONALIDADE DOS ACORDOS DE COLABORAÇÃO PREMIADA EM FACE DO DEVIDO PROCESSO LEGAL

Josiane Fagundes de Aguiar<sup>1</sup>  
Márcio Eduardo Senra Nogueira Pedrosa Morais<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

josianepaps@hotmail.com; marcioeduardopedrosamorais@gmail.com

### RESUMO

A presente pesquisa consiste num estudo da colaboração premiada, que vem sendo cada vez mais utilizada no combate à criminalidade organizada. Além disso, traz uma abordagem sobre as questões controversas existentes no que tange à aceitação da colaboração premiada pelo acusado na investigação criminal, fazendo uma análise doutrinária e jurisprudencial acerca da temática. O objetivo do estudo consiste na análise crítica dos dispositivos normativos que preveem a possibilidade de utilização da colaboração premiada, bem como a abordagem do referido instituto sob a ótica dos direitos e garantias fundamentais, criticando a sua violação a direitos e garantias do indivíduo e sua incompatibilidade com a ordem constitucional brasileira. Sendo assim, depois de feitas algumas conceituações e distinções acerca do tema, fica comprovada que há presença de inconstitucionalidade do referido instituto, por violar dispositivos constitucionais, como o devido processo legal, o direito ao contraditório e a ampla defesa, bem como, o princípio da isonomia e a inadmissibilidade de provas ilícitas.

**Palavras-chave:** Colaboração premiada. Violação. Inconstitucionalidade. Direitos e garantias fundamentais.

---

<sup>1</sup> Graduada em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Doutor em Direito pela PUC – MG, Mestre em Teoria do Direito pela PUC – MG, Especialista em Ciências Criminais pela Universidade Gama Filho, Graduado em Direito pela Universidade de Itaúna - UIT.

# ANÁLISE DA ATRIBUIÇÃO PARA INVESTIGAÇÃO DOS CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA DE CIVIS PRATICADOS POR POLICIAIS MILITARES EM SERVIÇO OU ATUANDO EM RAZÃO DA FUNÇÃO

Rodrigo Alexandre Alves Silva<sup>1</sup>  
Francisco José Vilas Boas Neto<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

rodrigo1130@gmail.com

## RESUMO

Analisaremos neste trabalho a atribuição para investigação dos crimes dolosos contra a vida de civis praticados por policiais militares em serviço ou atuando em razão da função. Nos casos em que o militar age, praticando, em tese, crime doloso contra a vida, é comum o questionamento sobre qual instituição seria responsável para apuração da infração penal, seja por meio do inquérito policial comum no caso da Polícia Civil ou do inquérito policial militar no caso da própria Polícia Militar apurar o feito. Neste sentido, abordaremos os principais dispositivos legais que tratam sobre o tema, as mudanças legislativas trazidas principalmente pela edição da Lei 9.299/96 e pela Emenda Constitucional nº 45/04. Buscaremos apresentar também o atual entendimento jurisprudencial e doutrinário sobre o assunto. Espera-se demonstrar neste trabalho a necessidade de pacificação do entendimento acerca da atribuição para apuração de tais delitos, com o objetivo de dirimir possíveis dúvidas que, em certos casos, acabam por gerar polêmicas sobre o assunto, trazendo prejuízos desnecessários tanto para as instituições envolvidas, quanto para os militares possivelmente investigados pela prática de crimes dolosos contra a vida.

**Palavras-chave:** Crime doloso contra a vida; Inquérito policial militar; Lei 9.299/96.

---

<sup>1</sup> Graduando em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Mestre em Filosofia pela FAJE; especialista em Direito pela UCAM/RJ; graduado em Direito pela PUC Minas; advogado criminalista; professor de Direito Penal e Processo Penal.

## ANÁLISE DOS EFEITOS JURÍDICOS DA COLABORAÇÃO PREMIADA

Noé Ribeiro Guimarães da Silva<sup>1</sup>  
Francisco José Vilas Bôas Neto<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

noe.guimaraes10@hotmail.com

### RESUMO

Este trabalho tem por objetivo pesquisar acerca dos efeitos jurídicos da delação premiada no ordenamento jurídico brasileiro, suas características peculiares, natureza jurídica, aplicação na persecução criminal e os diversos posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais a respeito do tema. Serão feitas análises comparativas entre a utilização do instituto no Brasil e em outros países. Abordará a questão das organizações criminosas, suas origens no Brasil e no mundo, expondo acerca dos grandes problemas causados por esses grupos à sociedade, ao Estado Democrático de Direito e às suas instituições, fazendo um paralelo sobre a utilização da delação premiada como ferramenta de suma importância no combate às organizações criminosas. Será também discutida a utilização da delação premiada no âmbito da denominada operação “Lava-Jato”, considerada a maior operação de combate à corrupção do mundo. O trabalho será elaborado através de pesquisa bibliográfica com análise crítica da legislação, obras doutrinárias de autores respeitados no meio jurídico e jurisprudências pertinentes ao tema, fazendo esclarecimentos sobre os pontos controversos e questionamentos jurídicos acerca do tema, buscando entender a utilização deste importante instituto na persecução criminal.

**Palavras-chave:** Delação premiada. Organizações criminosas. Operação Lava Jato. Persecução criminal.

---

<sup>1</sup> Graduando em Direito pela FAPAM - Faculdade de Pará de Minas

<sup>2</sup> Mestre em Filosofia pela FAJE; especialista em Direito pela UCAM/RJ; graduado em Direito pela PUC Minas; advogado criminalista; professor de Direito Penal e Processo Penal.

## **APOSENTADORIA POR INVALIDEZ E O CONTRATO DE TRABALHO: uma análise crítica da concessão do benefício previdenciário**

Ana Caroline Moreira<sup>1</sup>  
Giovane Lopes Cançado Mendonça<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas - FAPAM

aacarolmoreira@gmail.com giovane.mendonca@fapam.edu.br

### **RESUMO**

O presente trabalho intitulado de “Aposentadoria por invalidez e o contrato de trabalho: uma análise crítica dos efeitos da concessão do benefício previdenciário”, tem como objetivo sopesar os efeitos perversos da concessão do benefício previdenciário no transcurso do contrato de trabalho, bem como apresentar o impacto na vida do terceiro contratado. Pretende-se que a relevância do estudo, configure-se em acréscimo aos embates já existentes. Para isso, apresentou-se uma concisão da evolução histórica da seguridade social cuja espécies são: a saúde, a assistência social e a previdência social. Por conseguinte, através de uma pesquisa de cunho bibliográfico, buscou-se embasamento teórico em autores e estudiosos do benefício, tais como Sérgio Pinto Martins, Fábio Zambitte, Miguel Horvath, Daniel Pulino, Maurício Godinho Delgado entre outros. Ainda se fez necessário o estudo de legislações, artigos científicos e posicionamentos juslaboral. Atingidos os objetivos propostos, constata-se que a concessão do benefício da aposentadoria por invalidez, à luz do Direito Previdenciário, em que pese nominado de “total e definitiva”, não se prospera, tendo em vista a possibilidade da recuperação da capacidade laboral do segurado diante o avanço das técnicas avançadas da medicina. Sob a ótica contratual, verifica-se que após o décimo sexto dia de afastamento do segurado ocorrerá a suspensão do contrato de trabalho, gerando para o empregador obrigações secundárias. Por fim, o resultado comprova as dificuldades enfrentadas pelo patronal nos casos de empregado afastado em razão da incapacidade frente a posição de vulnerabilidade do terceiro contrato.

**Palavras-chave:** Aposentadoria. Invalidez. Contrato. Suspensão. Efeitos.

---

<sup>1</sup> Graduada em Direito pela Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Mestre em Direito Empresarial pela UIT, Graduado em Direito pela UIT.

## ASPECTOS LEGAIS DO ESTUPRO PRATICADO POR MULHER

Letícia Júlia Faria Maia<sup>1</sup>  
Francisco José Vilas Boas Neto<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

lejfmaia@gmail.com; vilasboas.f@hotmail.com

### RESUMO

Com o advento da Lei 12.015 de 07 de agosto de 2009, o artigo 213 do Código Penal teve sua redação alterada na medida em que substituiu a palavra “mulher” por “alguém” e, incorporou a este tipo penal, as elementares do crime de atentado violento ao pudor. Dessa forma, o sujeito ativo do crime de estupro poderá ser uma pessoa tanto do sexo masculino quanto do sexo feminino. Entretanto, não previu o legislador, as possíveis consequências do crime de estupro praticado pela mulher, dentre elas a gravidez da autora. Assim, o presente trabalho tem por objetivo analisar, através de pesquisas bibliográficas, as consequências sob o âmbito penal e civil desta gravidez, abordando a (im)possibilidade da incidência da causa de aumento de pena e, também, a impossibilidade do aborto humanitário.

**Palavras-chaves:** Direito Penal. Lei 12.015/2009. Estupro praticado por mulher. Gravidez. Consequências no âmbito civil e penal.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas

<sup>2</sup> Mestre em Filosofia pela FAJE; especialista em Direito pela UCAM/RJ; graduado em Direito pela PUC Minas; advogado criminalista; professor de Direito Penal e Processo Penal.

## CONTROVÉRSIAS E EFICÁCIA DA LEI MARIA DA PENHA

Ramon Diniz Faria<sup>1</sup>  
Francisco José Vilas Boas Neto<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

casao1@hotmail.com.br

### RESUMO

Aborda-se neste trabalho monográfico, o contexto e eficácia da lei de nº 11.340/06. A denominada Lei Maria da Penha é apresentada a partir de questões relevantes acerca da sua inconstitucionalidade. Esta lei recebeu este nome em homenagem a farmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, que foi mais uma das vítimas da violência doméstica no país. Hoje em dia Maria da Penha é uma das maiores propagadoras do combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. O objetivo geral do presente trabalho foi analisar a legitimidade e eficácia da lei 11.340/06, denominada Lei Maria da Penha, analisando ainda, os pontos favoráveis e desfavoráveis desta lei no convívio social; seus desdobramentos no ordenamento jurídico, suas distorções e de certo, a sua constitucionalidade fundada nos princípios da igualdade e da legalidade.

**Palavras-chave:** Lei Maria da Penha. Violência Doméstica e Familiar contra a mulher.

Inconstitucionalidade. Contradições da lei.

---

<sup>1</sup> Graduando em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas

<sup>2</sup> Mestre em Filosofia pela FAJE; especialista em Direito pela UCAM/RJ; graduado em Direito pela PUC Minas; advogado criminalista; professor de Direito Penal e Processo Penal.



**CRIME PRIVILEGIADO E SEUS REQUISITOS:  
violenta emoção e injusta provocação da vítima.**

Ana Márcia de Oliveira<sup>1</sup>  
Francisco José Vilas Boas Neto<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM  
anamarcia84hns@hotmail.com

**RESUMO**

O trabalho tem o objetivo de abordar o homicídio em sua forma privilegiada, disposto no art. 121, § 1º do CP, que estabelece a minoração da pena para os casos em que o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção logo após a injusta provocação da vítima. Para a realização deste trabalho, foi utilizada pesquisa bibliográfica, descritiva, com base em doutrinas, jurisprudência e legislação.

**Palavras-chave:** Homicídio. Violenta emoção. Crime Privilegiado. Redução de Pena.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas

<sup>2</sup> Mestre em Filosofia pela FAJE; especialista em Direito pela UCAM/RJ; graduado em Direito pela PUC Minas; advogado criminalista; professor de Direito Penal e Processo Penal.

**CRIMES CIBERNÉTICOS:  
reflexões sobre a evolução dos crimes e sua tipificação numa era tecnológica.**

Jardel Sousa Castanheira Costa<sup>1</sup>  
Francisco José Vilas Boas Neto<sup>2</sup>

Faculdade De Pará de Minas – FAPAM

jardel.castanheira@hotmail.com

**RESUMO**

Este trabalho objetiva estudar os novos paradigmas culturais impostos pela Internet e sua utilização para fins criminosos. Justifica-se a escolha do tema diante da expansão da informática e da presença de um inacreditável avanço tecnológico, podendo afirmar que se vive numa sociedade da informação, que embora traga inúmeros benefícios, também impõe grandes problemas, especialmente em relação aos crimes virtuais que são de difícil apuração, sendo que não há preparação apropriada dos operadores do Direito para lidar com as modernidades e a tecnologia no campo da investigação criminal. Entretanto, o maior problema é, sem dúvida, a falta de legislação específica sobre a matéria, o que termina por limitar a punição dos criminosos virtuais pelo Estado e gera o sentimento social de impunidade.

**Palavras-chave:** Informática; Crimes de computador; Direito Penal; Tecnologia; Internet.

---

<sup>1</sup> Graduando em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas

<sup>2</sup> Mestre em Filosofia pela FAJE; especialista em Direito pela UCAM/RJ; graduado em Direito pela PUC Minas; advogado criminalista; professor de Direito Penal e Processo Penal.

## **DANO MORAL DECORRENTE DO ABUSO SEXUAL INFANTIL: um estudo dos critérios jurídicos de quantificação.**

Maria Cecília Gomes<sup>1</sup>  
Fabrício Veiga Costa<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

ceciliagomes2011@live.com; fvcufu@uol.com.br

### **RESUMO**

Esta pesquisa tem por objetivo analisar a questão de uma condenação em dano moral daquele que comete o abuso sexual infantil contra crianças e adolescentes, aprofundando o estudo nos campos da psicologia e do Direito. Pretende-se com o presente trabalho o uso de metodologias como a pesquisa bibliográfica, mediante a consulta de livros, artigos científicos e outras fontes bibliográficas utilizadas para a análise crítica do tema proposto. Utilizará, ainda, a pesquisa em documentos através de consultas em leis, julgados, jurisprudências, e outras fontes documentais. Buscou-se embasamento teórico em autores e doutrinadores de grande relevância para o mundo do direito e da psicologia, entre eles, Cristiano Chaves de Farias, Nelson Rosendal, Carlos Roberto Gonçalves, Fani Hisgail entre outros. A pesquisa com base nesses autores e outras metodologias possibilitou o estudo das diversas formas de abuso sexual cometido no âmbito familiar, danos que esse causa aqueles que são abusados, assim como a responsabilização civil destes com uma punição pecuniária a condenação em danos morais. O resultado das pesquisas levou a conclusão de que nada mais justo do que uma condenação em danos morais com o fulcro de minimizar os danos sofridos pela vítima de abuso, uma vez que o ato lesiona de tal forma a esfera física, emocional e psicológica da vítima preenchendo assim os requisitos para a configuração do dano moral.

**Palavras – chave:** Abuso. Infantil. Pedofilia. Responsabilidade Civil. Dano Moral.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Direito pela FAPAM - Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Pós-Doutor em Educação pela UFMG. Doutor em Direito Processual pela PUC – MG, Mestre em Direito Processual pela PUC-MG, Especialista em Direito Processual pela PUC-MG e Graduado em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia.

## **EUTANÁSIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: autonomia do paciente/cidadão de escolha**

Fernanda Cristina Lopes<sup>1</sup>  
Júlio Moraes Oliveira<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

nanda22cris@hotmail.com

### **RESUMO**

A presente monografia tem por intuito analisar o tema eutanásia, diante do ordenamento jurídico brasileiro, com base na autonomia do paciente e seu direito de escolha. Nos capítulos que se seguem foram analisados os conceitos sobre eutanásia, ortotanásia e distanásia, como elas estão dispostas na legislação pátria e em outros ordenamentos jurídicos pelo mundo. Para a realização deste trabalho foi utilizada pesquisa bibliográfica através de artigos científicos, doutrinas, jurisprudência, legislação pátria e de outros países. Fez-se também uma análise acerca da Resolução n. 1995/2012 do Conselho Federal de Medicina que trata das diretrizes antecipadas de vontade e tem por objetivo, conforme informação do próprio Conselho, respeitar a vontade do paciente, e não possui nenhuma relação com a prática da eutanásia, mas sim com a ortotanásia, que é admitida no Brasil. Desse modo, a discussão do tema é de extrema importância para o meio jurídico e para a sociedade brasileira.

**Palavras-chave:** Eutanásia. Ortotanásia. Morte.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas

<sup>2</sup> Mestre em Direito pela Universidade – FUMEC – Professor da FAPAM.

## **EUTANÁSIA SOB A PERSPECTIVA DA HERMENÊUTICA JURÍDICA: um confronto entre o direito à vida e o princípio da dignidade da pessoa humana**

Águida Aparecida da Silveira Silva<sup>1</sup>  
Júlio Moraes Oliveira<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas- FAPAM

aguidasilveira@gmail.com

### **RESUMO**

Este trabalho tem por objetivo analisar de forma sistemática o tema eutanásia dentro e fora do contexto jurídico. A dignidade da pessoa humana e o direito à vida, que são direitos que possuem estreita ligação com o tema, serão alvo de questionamentos, pois em determinadas circunstâncias perante o caso concreto, podem surgir conflitos entre eles. Para tanto, foi realizado um estudo conjunto de todos os fatores envolvidos nesse embate com vasta bibliografia. Cabe ressaltar ainda que além da questão jurídica, foram levados em consideração os fatores religiosos, sociais, culturais, étnicos, relacionados ao paciente. Outro importante aspecto analisado corresponde à visão da bioética e do biodireito com relação ao tratamento que deve ser dado ao paciente terminal, com ênfase para a relação médico-paciente. Dessa forma pretende-se fazer com que o tema seja alvo de maiores debates no Brasil, tendo em vista que a eutanásia não é permitida no país. Esse tema possui grande relevância pelo fato de envolver um tema complexo como a morte e o morrer, e também por tratar de princípios e direitos fundamentais elencados e protegidos pelo ordenamento jurídico brasileiro, os quais foram estudados no decorrer no trabalho.

- **Palavras-chave:** Eutanásia. Hermenêutica. Vida.

---

<sup>1</sup>Graduanda em direito pela FAPAM- Faculdade de Pará de Minas

<sup>2</sup> Mestre em Direito pela Universidade – FUMEC – Professor da FAPAM.

# FUNDAMENTOS JURÍDICO-CONSTITUCIONAIS DO RECONHECIMENTO DAS UNIÕES POLIAFETIVAS NO BRASIL

Lorena dos Santos Rodrigues<sup>1</sup>

Fabício Veiga Costa<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

loore\_rodrigues@hotmail.com; fvcufu@uol.com.br

## RESUMO

O presente estudo tem por objetivo analisar as denominadas “uniões poliafetivas” ou “poliamorosas” como uma nova modalidade de união nos dias atuais, se merecem ou não o reconhecimento como entidade familiar pelo ordenamento jurídico, considerando a inexistência de regulamentação específica e divergências sobre o assunto. Ainda que se distanciem do modelo tradicional, seus membros são pessoas de direito, devendo ser respeitadas como quaisquer outras. A princípio, será feita uma abordagem sobre a trajetória da família até se chegar ao conceito de entidade familiar proposto pela Constituição Federal de 1988. Ademais, será analisado os critérios jurídicos para a compreensão do que é uma entidade familiar e realizado um breve conceito das famílias atuais. Em seguida, passará a se analisar a intervenção do Estado nas relações familiares. A partir desse momento, se estudará a união poliafetiva, suas características e a utilização da escritura pública para o reconhecimento de tais uniões com base nos princípios constitucionais.

**Palavras-chave:** Família. Intervenção Estatal. União Poliafetiva. Princípios Constitucionais

---

<sup>1</sup> Graduada em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas

<sup>2</sup> Pós-Doutor em Educação pela UFMG. Doutor em Direito Processual pela PUC – MG, Mestre em Direito Processual pela PUC-MG, Especialista em Direito Processual pela PUC-MG e Graduado em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia.

**IMPARCIALIDADE DO JUÍZO NO NOVO CPC:  
um estudo de decisões que a consciência do juiz prevaleceu sobre a fundamentação  
jurídica**

José Carlos Silva da Costa<sup>1</sup>  
Fabrício Veiga Costa<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

josecarlos.direito@hotmail.com fvcufu@uol.com.br

**RESUMO**

O presente estudo abordará sobre a imparcialidade do Juiz no Novo Código de Processo Civil, que tem como premissa o direito a um julgamento imparcial das partes. A imparcialidade é um direito que alcança a todo e qualquer cidadão envolvido em uma demanda judicial, consolidado como direito a um processo equitativo, impondo aos mais variados ordenamentos jurídico-processuais a criação de mecanismos de efetivação e consequente proteção desse direito. A imparcialidade um dos temas recorrentes na jurisprudência atual dos órgãos jurisdicionais nacionais associa-se à fundamentalidade atribuída ao direito de ser julgado por um tribunal imparcial, o que demonstra a relevância do constante estudo dos seus mecanismos de proteção, de modo a otimizar, sempre, a concretização do atuar jurisdicional imparcial. É, pois, com este intuito, que no presente estudo propõe-se examinar as decisões que a consciência do juiz prevaleceu sobre a fundamentação jurídica.

**Palavras-chave:** Imparcialidade. O Novo CPC. Subjetividade. Consciência do Juiz. Segurança Jurídica.

---

<sup>1</sup> Graduado em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Pós-Doutor em Educação pela UFMG. Doutor em Direito Processual pela PUC – MG, Mestre em Direito Processual pela PUC-MG, Especialista em Direito Processual pela PUC-MG e Graduado em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia.

## IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E OS ATOS ÍMPROBOS DOS AGENTES POLÍTICOS

Patrícia dos Santos Souza.<sup>1</sup>  
Cid Capobiango Soares de Moura.<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

patty.248@hotmail.com

### RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso possui como tema “Improbidade Administrativa e os atos ímprobos dos agentes políticos”, enfatizando a responsabilização do Agente Político frente a estes atos e as sanções provenientes da Lei de Improbidade Administrativa, além de indicar qual a competência para processar e julgar tais atos. As questões aqui tratadas versam também sobre a observância dos princípios éticos, de lealdade e boa-fé dos Agentes Políticos, para que a boa administração seja assegurada por eles.

**Palavras-chave:** Improbidade administrativa. Atos ímprobos. Agente político. Lei de Improbidade Administrativa. Boa-fé.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Master em Gestão e Auditoria Ambiental, especialista em Direito Civil e Processual Civil pela Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce em Governador Valadares – MG, especialista em Direito Público pelo Centro Universitário Newton Paiva, graduado em Direito pela Faculdade de Direito Milton Campos.



## (IN) APLICABILIDADE DA LEI MARIA DA PENHA AOS TRANSEXUAIS

Maria Eduarda Dutra<sup>1</sup>  
Fabrício Veiga Costa<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas - FAPAM

maria\_eduarda\_dutra@hotmail.com; fvcufu@uol.com.br

### RESUMO

A Lei Maria da Penha foi resultado de vários movimentos que buscavam a criação de uma lei que visasse coibir e punir violência de gênero ocorrida no âmbito familiar. Contudo, conceito de gênero é amplo, sendo determinado não somente pelo sexo biológico imposto, mas pela construção psicológica, cultural e social de uma determinada pessoa. Passa-se então a análise do conceito de transexualidade como uma incoerência entre o gênero e sexo, ou seja, uma mesma pessoa com gênero e sexo distintos, sendo o modo de tratamento mais eficaz para sanar essa incoerência a cirurgia de redesignação de sexo. A partir disso, surge então a discussão sobre a aplicabilidade da Lei 11.340/06 aos transexuais masculinos, que são biologicamente homens, mas em gênero são mulheres. Tomando por pressuposto que a palavra gênero é ampla, deduz-se então que na lei não pode ser interpretada de forma diferente. Sendo assim, a lei pode e deve ser aplicada aos transexuais que se encontram em situação de violência de gênero, ampliando o âmbito de aplicação da lei e aumentando a proteção dada aos transexuais.

**Palavras-chave:** Lei Maria da Penha; aplicabilidade; transexualidade; gênero.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Direito pela faculdade de Pará de Minas- FAPAM

<sup>2</sup> Pós-Doutor em Educação pela UFMG. Doutor em Direito Processual pela PUC – MG, Mestre em Direito Processual pela PUC-MG, Especialista em Direito Processual pela PUC-MG e Graduado em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia.

## (IN) APLICABILIDADE DA LEI MARIA DA PENHA ÀS TRAVESTIS E TRANSEXUAIS

Daniele Karina de Camargos<sup>1</sup>

Fabício Veiga Costa<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

eliz.fatima@gmail.com; fvcufu@uol.com.br

### RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo central estudar a aplicabilidade da Lei n. 11.340/06, também conhecida como “Lei Maria da Penha” às travestis e mulheres transexuais em situação de violência doméstica e familiar. Utiliza-se o método de procedimento monográfico, pesquisa indireta com apoio de bibliografia, jurisprudência, leis e decretos. Buscou-se, no primeiro momento, a significação de gênero, através da abordagem histórica da construção do seu conceito. Em seguida, foi contextualizada a proteção contra a violência de gênero, fazendo-se um estudo sobre os aspectos da Lei “Maria da Penha”. Logo após, examinou-se a possibilidade de concessão das medidas protetivas de urgência às travestis e mulheres transexuais em situação de violência doméstica e familiar utilizando aporte jurisprudencial para sua análise.

**Palavras-chave:** Gênero. Travesti. Transexual. Lei Maria da Penha

---

<sup>1</sup> Graduanda em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Pós-Doutor em Educação pela UFMG. Doutor em Direito Processual pela PUC – MG, Mestre em Direito Processual pela PUC-MG, Especialista em Direito Processual pela PUC-MG e Graduado em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia.

## **(IN) CONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 10 DA LEI 9.263/96: UM ESTUDO DA LAQUEADURA E VASECTOMIA VISTO SOB A ÓTICA DA AUTONOMIA PRIVADA**

Mateus Lázaro Duarte dos Santos<sup>1</sup>

Fabício Veiga Costa<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

mateuslazarol6@hotmail.com; fvcufu@uol.com.br

### **RESUMO**

A autonomia privada sempre foi um tema bastante discutido no direito, vez que por vezes esbarra na presença estatal nas decisões individuais. Tal é a intervenção estatal na autonomia privada dos seres humanos a ponto de limitar o próprio direito do livre planejamento familiar, impondo por meio do artigo 10 da Lei 9.263/96 regras que violam garantias e direitos fundamentais, regras que não guardam consonância com a Constituição Federal de 1988. Por meio deste trabalho, buscamos analisar melhor a origem da autonomia privada, bem como a liberdade quanto ao próprio corpo, a fim de delimitar sua abrangência além de analisar a (in) constitucionalidade do artigo 10 da Lei 9.263/96, vez que o mesmo pode ir de encontro com garantias constitucionais. Utilizamos do método teórico-bibliográfico, para buscar uma abordagem completa dos temas propostos, desde suas origens à suas limitações com base na Carta Magna. Foram realizados levantamentos bibliográficos de autores que, de forma crítica e fundamentada, discutem o problema proposto. Além da pesquisa bibliográfica, buscamos analisar também a própria legislação, bem como monografias, artigos científicos e a jurisprudência dos tribunais brasileiros.

**Palavras-chave:** Autonomia privada; Esterilização; (In) Constitucionalidade da Lei 9.263/96

---

<sup>1</sup> Estudante de Direito da FAPAM – Faculdade de Pará de Minas

<sup>2</sup> Pós-Doutor em Educação pela UFMG. Doutor em Direito Processual pela PUC – MG, Mestre em Direito Processual pela PUC-MG, Especialista em Direito Processual pela PUC-MG e Graduado em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia.

## INCONSTITUCIONALIDADE DA SÚMULA 385 DO STJ

Thais Lytuane Sena da Silva<sup>1</sup>  
Júlio Moraes Oliveira<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

thaislytuane@hotmail.com

### RESUMO

A presente monografia destaca alguns aspectos relevantes da legislação consumerista brasileira e vem discutir a aplicabilidade de uma súmula genérica a casos que possuem extrema especificidade. A súmula 385 do Superior Tribunal de Justiça trata de hipóteses em que se figura ou não o dano moral em decorrência da inclusão indevida do nome em cadastros negativos de crédito. Desse modo, procurou-se analisar a referida súmula no intuito de, identificar se o enunciado afronta normas constitucionais e legais em vigor. Para tal análise foram realizadas pesquisas nos diplomas legais pátrios vigentes e na doutrina jurídica, efetuou-se também uma avaliação sucinta de sua aplicação e das consequências dela advindas, por meio de análise jurisprudencial. Concluiu-se pela inconstitucionalidade e ilegalidade da súmula 385 do STJ, pois trata-se de uma afronta ao princípio da dignidade da pessoa humana e retira a punição de um ato ilícito de forma a ferir não só a honra da pessoa, mas sim a lei vigente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Negativação. Indenização. Dano Moral.

---

<sup>1</sup>Graduanda em direito pela FAPAM- Faculdade de Pará de Minas

<sup>2</sup> Mestre em Direito pela Universidade – FUMEC – Professor da FAPAM.

## LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E SUA APLICAÇÃO AOS AGENTES POLÍTICOS

Ícaro Oscar Melgaço Barbosa de Mello Wenceslau<sup>1</sup>  
Cid Capobiango Soares de Moura<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

ikinhopeki@hotmail.com; gcrservicos@gmail.com

### RESUMO

O presente trabalho se presta a abordar as divergências doutrinárias e jurisprudenciais no que pertine à aplicação da Lei de Improbidade Administrativa aos agentes políticos, uma vez que estes também têm seus atos regulados pela Lei de Responsabilidade Fiscal. De início, irá trazer o conceito e considerações iniciais sobre improbidade administrativa, a diferença entre ilegalidade e improbidade, entre probidade e moralidade. Em seguida, transcorrerá sobre a natureza jurídica da ação de improbidade administrativa, bem como acerca do princípio da juridicidade e controle da improbidade administrativa, e, para se chegar ao ponto principal deste trabalho, será importante tecer algumas considerações sobre alguns institutos, tais como: sujeitos ativo e passivo, abordando os agentes públicos em sentido amplo e diferenciando-os dos agentes políticos propriamente ditos, os atos da improbidade administrativa, o elemento subjetivo necessário à prática destes atos, a competência para julgamento e as sanções previstas. Por fim, será realizada análise dos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais sobre a aplicação da Lei 8429/92 aos agentes políticos.

**Palavras-chave:** Improbidade administrativa; Ilegalidade; Moralidade; Agente públicos; Agentes políticos; Lei de Responsabilidade Fiscal.

---

<sup>1</sup> Graduando em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Master em Gestão e Auditoria Ambiental; Especialista em Direito Civil e Processual Civil pela Faculdade de Direito do Vale do Rio Doce, Governador Valadares – MG; Especialista em Direito Público pelo Centro Universitário Newton Paiva; Graduado em Direito pela Faculdade de Direito Milton Campos.

## O CONTROLE JURISDICIONAL DA DISCRICIONARIEDADE NO PROCESSO LEGISLATIVO DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS

Brenda dos Santos Nascimento<sup>1</sup>  
Márcio Eduardo Pedrosa Senra Nogueira Morais<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

brenda\_dos\_santos@hotmail.com; marcioeduardopedrosamorais@gmail.com

### RESUMO

A pesquisa desenvolvida neste trabalho tem como objetivo apresentar respostas aos seguintes questionamentos: como o Poder Judiciário brasileiro tem controlado a constitucionalidade das medidas provisórias? Como se dá o controle e quando ocorre? O posicionamento adotado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) tem sido suficiente para garantir a supremacia constitucional? Com fim a encontrar respostas precisas para as dúvidas que deram ensejo a pesquisa, o princípio da separação dos poderes, as medidas provisórias e a discricionariedade dos atos administrativos foram estudados nas primeiras seções através de uma abordagem teórico-constitucional sob os mais diversos aspectos, que atingem desde a sua conceituação até as limitações que lhe são impostas pelo ordenamento jurídico pátrio. Na última seção, por meio da análise jurisprudencial, o posicionamento adotado pelo STF é elucidado e confrontado com as disposições constitucionais determinantes da competência do Poder Judiciário, bem como com a sistemática principiológica que rege a lei maior do Estado de Direito brasileiro.

**Palavras-chave:** Medidas provisórias. Controle de Constitucionalidade. Discricionariedade. Separação de Poderes.

---

<sup>1</sup>Graduada em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup>Doutor em Direito pela PUC – MG, Mestre em Teoria do Direito pela PUC – MG, Especialista em Ciências Criminais pela Universidade Gama Filho, Graduado em Direito pela Universidade de Itaúna – UIT, Professor da Faculdade de Pará de Minas.

## O DESAFORAMENTO E IMPARCIALIDADE DOS JURADOS

Anderson Duarte Pereira.<sup>1</sup>  
Ronaldo Galvão<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM.

andersonduarte29@hotmail.com

### RESUMO

Apesar de os jurados estarem submetidos às mesmas causas de suspeição e impedimento dos juízes togados, regras instrumentais que visam garantir a imparcialidade do órgão julgador, é possível o desaforamento quando houver dúvida sobre a imparcialidade do Júri. O deferimento do desaforamento é uma medida plausível a ensejar um julgamento imparcial pelo Tribunal do Júri, tendo em vista que esta instituição competente para decidir o pleito, se constitui por pessoas comuns, e, em sua maioria, com conhecimento leigo acerca do ordenamento jurídico e os direitos e garantias fundamentais da pessoa do acusado. A presente pesquisa apresenta a seguinte problemática: A alteração de competência para uma Comarca qualquer, não especificamente individualizada, previamente, pela lei, viola o Princípio do Juiz Natural?

**Palavras-chave:** Tribunal do Júri. Imparcialidade. Desaforamento. Competência.

---

<sup>1</sup> Graduado em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Mestre em Teoria do Direito pela PUC – MG Especialista em Direito Processual Civil pela FADOM – Divinópolis. Graduado em Direito pela Unifernas - Alfenas/MG.

## O INTERROGATÓRIO PROCEDIDO CONFORME A LEI 11.343/06, SOB UMA PERSPECTIVA CONSTITUCIONALIZADA

Tuane Aléxia Silva Dutra<sup>1</sup>  
Márcio Eduardo Senra Nogueira Pedrosa Morais<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

tuane.dutra@bol.com.br; marcioeduardopedrosamorais@gmail.com

### RESUMO

A presente pesquisa terá como tema o Interrogatório procedido conforme a Lei 11.343/06, sob uma perspectiva constitucionalizada, delimita-se como parâmetro o procedimento no Código de Processo Penal. O presente tema decorre da constitucionalização do ato do interrogatório na Lei de Tóxicos, previsto no art. 57, tendo em vista sua relevância no meio jurídico e social. Considerando-se, que influenciará diretamente na formação da defesa do acusado, uma vez que este terá acesso a todas as provas produzidas nos autos, proporcionando-se a efetivação de sua defesa, em consonância com os princípios constitucionais que regem todo o procedimento. O problema se instaura na previsão do art. 57 da Lei de Tóxicos acerca do procedimento do interrogatório contrapondo-o com procedimento adotado no Direito Processual Penal e Constitucional. O principal objetivo da pesquisa se propõe a um estudo acerca do interrogatório judicial e sua influência na defesa do acusado, uma análise da necessidade de sua constitucionalização no procedimento da Lei de Tóxicos sob a ótica dos direitos fundamentais e do Processo Penal Democrático.

**Palavras-chave:** Lei 11.343/06. Lei 11.719/08. Interrogatório. Procedimento. Constitucionalidade.

---

<sup>1</sup>Graduada em Direito pela FAPAM- Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup>Doutor em Direito pela PUC – MG; Mestre em Teoria do Direito pela PUC – MG; Especialista em Ciências Criminais pela Universidade Gama Filho; Graduado em Direito pela Universidade de Itaúna – UIT. Professor da Faculdade de Pará de Minas.



## **O MÉTODO APAC: uma alternativa para recuperação na execução penal**

Wallace de Oliveira<sup>1</sup>

Ronaldo Galvão<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

walacedroliveira@hotmail.com

### **RESUMO**

A APAC foi criada em 18 de novembro de 1972, na cidade de São José dos Campos (SP), pelo advogado Mário Ottoboni e um grupo de amigos, com o objetivo de amenizar as aflições de uma população sempre sobressaltada com as constantes rebeliões e atos de inconformismos dos presos que viviam amontoados na cadeia pública daquela cidade. A APAC é uma entidade civil de direito privado misto, sem fins lucrativos, dedicada à recuperação e reintegração social dos presos, a partir da valorização humana e do contato com a religião, a proposta é oferecer condições para que o detento possa se recuperar. As consequências visadas são a proteção da sociedade, a promoção da justiça e o socorro às vítimas. Na filosofia apaqueana, os condenados são chamados de recuperandos para evitar o uso de termos como preso, interno, apenado, condenado e encarcerado, que acabam por depreciar o aspecto humano e tiram a subjetividade e a essência do sujeito em questão. Assim como no sistema convencional, os recuperandos passam pelo regime fechado, semiaberto e aberto. A partir das experiências desenvolvidas na APAC-mãe de São José dos Campos (SP), foi instituído um método de preparação do recuperando, para devolvê-lo ao convívio da sociedade. O Método APAC parte do princípio de que todo ser humano é recuperável, desde que haja um tratamento adequado. O Método cuida em primeiro lugar da valorização humana da pessoa que errou e que, segregada ou não, cumpre pena privativa de liberdade. Normalmente, os infratores condenados são discriminados no mais amplo sentido da palavra. A maioria é vista apenas como criminosos irrecuperáveis, lixo da sociedade. Na APAC toda pessoa é vista como maior que seu próprio erro. Para que seja concluído com sucesso o processo de recuperação, é necessária a implementação de 12 elementos preconizados no Método. São eles: participação da comunidade; recuperando ajudando recuperando; trabalho; religião; assistência jurídica; assistência à saúde; valorização humana; família; trabalho do voluntário; Centro de Reintegração Social (CRS); mérito e Jornada de Libertação com Cristo.

**Palavras-chave:** Associação de Proteção e Amparo ao Condenado(APAC), Centro de Reintegração Social(CRS).

---

<sup>1</sup> Graduado em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Mestre em Teoria do Direito pela PUC – MG Especialista em Direito Processual Civil pela FADOM – Divinópolis. Graduado em Direito pela Unifernas - Alfenas/MG.

# O MÉTODO DA ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS (APAC) DE ITAÚNA/MG NA RESSOCIALIZAÇÃO

Bruno César Oliveira Flores<sup>1</sup>  
Francisco José Vilas Bôas Neto<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

bruninhocof84@hotmail.com

## RESUMO

O trabalho tem como objeto, um estudo sobre o atual sistema prisional brasileiro e o método Apaqueano empregado na proteção e assistência aos condenados, em específico o método da APAC de Itaúna. A pesquisa parte da crise enfrentada pelo o sistema penitenciário que representa uma realidade completamente dissociada dos princípios constitucionais, revelando um enorme distanciamento entre os preceitos normativos e a sua eficácia material. Na prática, o sistema de aplicação de sanções disciplinares no interior do estabelecimento prisional, baseado na LEP, acabou se transformando em mecanismo de poder e controle, com viés puramente retributivo. Portanto, a reação da autoridade diante da insubordinação, reforça os mecanismos de controle e segurança e pretende, de fato, castigar o preso indisciplinado, sem nenhum escopo de reabilitação. Em contraponto, há um modelo de execução penal em funcionamento no Brasil, especialmente desenvolvido no Estado de Minas Gerais, que além de muito menos dispendioso para o Estado, consagra a efetiva proteção das garantias fundamentais do preso, que são respeitadas na integralidade.

**Palavras-chave:** Sistema Prisional Brasileiro. Execução de Pena. Método APAC. Modelo Itaúna.

---

<sup>1</sup> Graduando em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas

<sup>2</sup> Mestre em Filosofia pela FAJE; especialista em Direito pela UCAM/RJ; graduado em Direito pela PUC Minas; advogado criminalista; professor de Direito Penal e Processo Penal.

## O PERFIL CONSTITUCIONAL DAS TERRAS PÚBLICAS FACE À AÇÃO DE USUCAPIÃO

Lucas de Oliveira Máximo.<sup>1</sup>

Márcio Eduardo Senra Nogueira Pedrosa Morais<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

lucasninhooo@hotmail.com; marcioeduardopedrosamorais@gmail.com

### RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de, sob a forma de revisão bibliográfica sobre o tema “O perfil constitucional das terras públicas face a ação de usucapião”, abordar a importância do instituto: função social da propriedade e função social da posse. Tendo em vista a realidade em que vivemos, onde as arbitrariedades e o poder discricionário do Estado o tem dado prerrogativas que em tese seriam de grande valia para o interesse social, mas que na verdade, ele não tem dado a devida destinação às terras que lhe cabem. Deste modo, faz-se mister o estudo dos supracitados institutos, que possuem o escopo de dar à propriedade uma destinação social. De tal sorte, na propriedade privada são instrumentos amplamente aplicáveis, todavia, em se tratando de bens públicos, encontra fortes obstáculos em nosso Ordenamento Jurídico, cabendo citar a própria Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que de forma expressa proibiu o uso dos ditos dispositivos sobre bens públicos, acabando assim por restringir seu grau de atuação. Há, entretanto, uma minoria de doutrinadores que se inclinam para a possibilidade da usucapião nesses casos, e ainda, casos escassos de jurisprudência. Por este motivo, é verossímil o presente estudo.

**Palavras-chave:** Propriedade. Posse. Usucapião. Privado. Terras públicas.

---

<sup>1</sup> Graduado em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Doutor em Direito pela PUC – MG, Mestre em Teoria do Direito pela PUC – MG, Especialista em Ciências Criminais pela Universidade Gama Filho, Graduado em Direito pela Universidade de Itaúna – UIT.

## O REGIME PATRIMONIAL DE BENS SEM A PACTUAÇÃO DE CONTRATO DE CONVIVÊNCIA

Matheus Afonso Teixeira David<sup>1</sup>  
Sônia Cristina Fagundes Malta<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas- FAPAM

matheusadv1@gmail.com soniacrismalta@yahoo.com.br

### RESUMO

Com o desenvolvimento e mudanças no núcleo social, o Direito não pode se manter estagnado, cabendo-lhe sempre se inovar e se desenvolver, pois caso contrário deixará de cumprir sua função de solucionar conflitos de interesse e de responder aos anseios da sociedade. Hoje, o casamento não é a única forma de se constituir família, existindo as mais diversas formas de família, como a união estável, tema central do presente trabalho, famílias monoparentais, homoafetivas, etc. Assim, cabe ao Direito buscar sempre a proteção de tais entidades familiares. O tema é de grande relevância, uma vez que o número de casos de uniões estáveis cresce a cada dia e se faz necessário esclarecer as dúvidas que o cercam, sempre à luz da principiologia constitucional. Diante da existência da possibilidade de os companheiros instituírem contrato de convivência para tratar das regras patrimoniais que regerão a união, surge a seguinte indagação: qual será o regime patrimonial a ser observado em caso de inexistência de tal contrato? A conclusão a que se chegou foi a da aplicabilidade, como se dá no matrimônio em que não haja sido celebrado pacto antenupcial, do regime da comunhão parcial de bens. Para isso foi realizada pesquisa bibliográfica para análise do que pensam expoentes juristas familiaristas, tais como Maria Berenice Dias, Paulo Lôbo, Carlos Roberto Gonçalves, entre outros.

**Palavras-chave:** União Estável, princípios constitucionais, Contrato de Convivência e regime patrimonial.

---

<sup>1</sup> Graduado em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Mestre em Teoria do Direito pela PUC Minas. Graduada em Direito pela Universidade de Itaúna. Advogada.

## O SISTEMA PRISIONAL E A LEI DE EXECUÇÃO PENAL

Priscilla Souza de Vasconcelos<sup>1</sup>  
Francisco José Vilas Boas Neto<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

priscillasouzavasconcelos@hotmail.com

### RESUMO

O trabalho em questão tem por finalidade fazer um paralelo entre o sistema prisional e a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984), abordando sistematicamente a realidade do sistema e a previsão normativa. Diante dos inúmeros questionamentos, tendo em vista as demonstrações de ineficiência do sistema prisional, torna-se necessária a presente pesquisa. Verifica-se que o poder legislativo brasileiro, em muitos momentos, peca pelo excesso de leis que pendem de efetividade. Se a lei não cumprir a finalidade a que se destina, certamente não produzirá efeito algum. Assim, será analisada a eficácia da Lei de Execução Penal, ante a realidade do sistema carcerário brasileiro.

**Palavras-chave:** Sistema Prisional, Lei de Execução Penal. (IN)eficácia.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Mestre em Filosofia pela FAJE; especialista em Direito pela UCAM/RJ; graduado em Direito pela PUC Minas; advogado criminalista; professor de Direito Penal e Processo Penal.

## O TESTEMUNHO DO POLICIAL MILITAR NO CRIME DE TRÁFICO

Fábio Barcelos de Oliveira.<sup>1</sup>  
Francisco José Vilas Boas Neto<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

fabio.barcelos2@gmail.com

### RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo um estudo sobre o testemunho do policial militar em crime de tráfico. Partindo da fundamentação legal, sua análise será acerca do art. 202 do CPP que diz que "toda pessoa poderá ser testemunha". A problemática encontrada, é acerca das teses de defesa, em lançar dúvida quanto aos depoimentos prestados por policiais que realizaram um flagrante ou que testemunharam outra situação criminosa. A presente pesquisa tem por objetivo um estudo acerca da validade do depoimento do policial militar em crimes de tráfico e dos depoimentos prestados por policiais que realizaram um flagrante ou testemunharam outra situação na qual, para a condenação do acusado, tudo o que existe são as provas colhidas pelos referidos funcionários da segurança pública. Do ponto de vista jurídico, há o embate prático de duas teses: da acusação, que diz que os depoimentos prestados por funcionários públicos têm presunção de legitimidade e idoneidade, e a outra da defesa, que diz que os depoimentos não devem ser aceitos, porque as testemunhas policiais estão interessadas na condenação do acusado.

**Palavras-chave:** Polícia Militar. Processo Penal. Testemunha. Legalidade.

---

<sup>1</sup> Graduado em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Mestre em Filosofia pela FAJE; especialista em Direito pela UCAM/RJ; graduado em Direito pela PUC Minas; advogado criminalista; professor de Direito Penal e Processo Penal.

## PATERNIDADE SOCIOAFETIVA E IMPOSSIBILIDADE DE DESCONSTITUIÇÃO POSTERIOR

Letícia Gonçalves Ribeiro<sup>1</sup>  
Fabrício Veiga Costa<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

leticia.gribeiro@hotmail.com; fvcufu@uol.com.br

### RESUMO

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é responsável pelas grandes mudanças e inovações no que se refere ao instituto da família e relações de parentesco, principalmente no tocante à filiação. O presente trabalho tem como objetivo analisar o reconhecimento da paternidade socioafetiva e a impossibilidade de sua desconstituição posterior. O tema ainda é novo no Direito de Família brasileiro e traz considerações de grande relevância acerca das relações interpessoais, visto que as velhas concepções foram deixadas de lado, abrindo espaço à paternidade socioafetiva e aos “filhos do coração”, amparados nos princípios constitucionais da solidariedade, igualdade e da dignidade da pessoa humana, caracterizando a nova concepção da família atual, unida pelos laços da afetividade. O presente trabalho procurará demonstrar a prevalência da paternidade socioafetiva em caso de dúvida entre o elo afetivo e consanguíneo, baseando-se no entendimento jurisprudencial de que o princípio da afetividade conecta-se ao melhor interesse da criança, demonstrando a realidade do mundo atual. Desta forma, conclui-se que não é admitida a desconstituição da paternidade socioafetiva, excetuando-se os casos em que há vício de consentimento no ato do reconhecimento do filho.

**Palavras-chave:** Família. Filiação. Paternidade. Afeto. Vínculo. Socioafetividade. Reconhecimento. Desconstituição

---

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Direito da Faculdade de Pará de Minas - FAPAM

<sup>2</sup> Pós-Doutor em Educação pela UFMG. Doutor em Direito Processual pela PUC – MG, Mestre em Direito Processual pela PUC-MG, Especialista em Direito Processual pela PUC-MG e Graduado em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia.

## PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E A EXECUÇÃO ANTECIPADA DA PENA

Danilo de Abreu Rodrigues<sup>1</sup>  
Márcio Eduardo Pedrosa Senra Nogueira Morais<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

[daniлоabreu1922@gmail.com](mailto:daniлоabreu1922@gmail.com); [marcioeduardopedrosamorais@gmail.com](mailto:marcioeduardopedrosamorais@gmail.com)

### RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a fundamentação usada pelos Ministros do Superior Tribunal Federal no *Habes Corpus* 126.292, no qual permitiu que uma pessoa condenada em segundo grau de jurisdição tenha sua pena executada antes mesmo de transitar em julgado a sentença penal condenatória, em face do princípio constitucional da presunção de inocência. Se trata de uma pesquisa de cunho bibliográfico, utilizando obras gerais e específicas, como Aury Lopes, Lênio Streck, Manoel Gonçalves, Luigi Ferrajolli, entre outros. O estudo dessas obras possibilitou a análise dos aspectos constitucionais e processuais penais, que garantem ao acusado, em um processo criminal, ser julgado de acordo com as garantias processuais penais garantidas no decorrer dos tempos. Ao final, percebe-se que tal decisão do Superior Tribunal Federal vai de encontro a todos os preceitos garantidos no texto constitucional. Conclui-se que, executar a pena de um acusado em decisão de tribunal de segunda instância, pendente recurso extraordinário ou especial, fere o princípio constitucional da presunção de inocência, haja vista que o texto constitucional é bem claro ao restringir a execução da pena apenas quando transitar em julgado sentença penal condenatória.

**Palavras-chave:** Constituição. Presunção de inocência. Execução penal.

---

<sup>1</sup> Graduado em Direito pela FAPAM - Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Doutor em Direito pela PUC – MG, Mestre em Teoria do Direito pela PUC – MG, Especialista em Ciências Criminais pela Universidade Gama Filho, Graduado em Direito pela Universidade de Itaúna – UIT, Professor da Faculdade de Pará de Minas.



## RELEITURA JURÍDICA DO PROCESSO JUDICIAL DE CURATELA SOB A ÓTICA DO ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Bárbara Alves Ferreira<sup>1</sup>  
Fabrício Veiga Costa<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

alvesbarbaara@yahoo.com.br/ fvcufu@uol.com.br

### RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo estabelecer como o legislador especial brasileiro, ao criar o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), foi capaz de positivá-lo de forma tão satisfatória, elencando quais foram às principais redefinições trazidas pela nova legislação. Para tanto, inicia-se o estudo a partir do texto normativo da Convenção Internacional sobre os direitos da pessoa com deficiência e quais são as prerrogativas que ela assegurou às pessoas com deficiência. Percorrerá também pelo caminho da teoria da incapacidade, que é substancial a todas as reformulações legais que houve. Nesse sentido, chegar-se-á à nova interpretação e aplicabilidade do instituto da curatela, frente aos critérios da excepcionalidade e autonomia de vontade para tratativa da condução dos atos da vida civil pelas próprias pessoas com deficiência, eventualmente submetidas à curatela. Para tanto, utilizou-se uma metodologia consistente em pesquisa doutrinária, teses, artigos científicos e revistas jurídicas contemporâneas, consideradas mais concisas para elucidar os questionamentos levantados ao longo do estudo, principalmente, se esse novo modelo de percepção das pessoas com deficiência, de fato seria aplicado e viabilizado no país. Ao final, explicará os critérios da autonomia e plena capacidade de exercício dos atos inerentes à vida civil das pessoas com deficiência e como se dará, se necessário, a aplicação da curatela ou tomada de decisão apoiada. Por fim, perceberá que a partir dos julgados colacionados que de fato o ordenamento jurídico brasileiro vem se mostrando capaz de reformular-se em conformidade às necessidades das pessoas com deficiência, mantendo garantidas as prerrogativas fundadas pela Convenção Internacional sobre os direitos da pessoa com deficiência.

**Palavras-chave:** Estatuto da Pessoa com Deficiência. Lei nº 13.146/2015. Incapacidade Civil. Curatela.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Pós-Doutor em Educação pela UFMG. Doutor em Direito Processual pela PUC – MG, Mestre em Direito Processual pela PUC-MG, Especialista em Direito Processual pela PUC-MG e Graduado em Direito pela Universidade Federal de Uberlândia.

## UM ESTUDO SOBRE O ESTATUTO DO DESARMAMENTO – LEI 10.826/03

Igor Henrique Santos Almeida<sup>1</sup>  
Ronaldo Galvão<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

igor.henrique12@hotmail.com

### RESUMO

A sociedade está sempre passando por mudanças, evoluindo (ou nem sempre), alterando formas de comportamento e ação. Enfim, a sociedade é algo dinâmico. E por estar sempre em transformação, a legislação também necessita, de tempos em tempos, ser alterada ou (re) inventada, para dar conta dos novos problemas ou novas dinâmicas que tais mudanças possam acarretar. Para dar conta dessas mudanças sociais, em 22 de dezembro de 2003, foi aprovada a Lei 10.826/2003, mais conhecida como o Estatuto do Desarmamento, regulamentada pelo Decreto 5.123/2004. A lei dispõe sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM, registro, posse, porte e comercialização de armas de fogo e munição. Também define crimes e dá outras providências acerca dessa questão. Desde o início, a lei do Estatuto do Desarmamento suscitou controvérsias, debates e discussões em diversas instâncias da sociedade brasileira. O presente estudo tem como objetivo principal analisar a Lei 10.826/03, apontando seus pontos mais controversos e sua eficácia quanto à redução da criminalidade e, mais especificamente, pretende verificar os índices de criminalidade, com uso de armas de fogo, desde a implantação do Estatuto do Desarmamento, confrontando-os com os números anteriores à essa lei, analisar os números referentes ao tráfico de armas no país, após a promulgação do Estatuto do Desarmamento, confrontando-os com os números anteriores à essa lei. A metodologia será desenvolvida através de um estudo de revisão bibliográfica, utilizando doutrinas nacionais, além da legislação sobre o tema, em especial a Constituição Federal e a Lei 10826/03, artigos científicos, revistas especializadas, reportagens pertinentes, dentre outras.

**Palavras-chave:** Estatuto do Desarmamento. Redução da Criminalidade. Pontos Controversos. Constitucionalidade.

---

<sup>1</sup> Graduando em Direito pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas

<sup>2</sup> Mestre em Teoria do Direito pela PUC - MG.

## APLICAÇÃO DA SISTEMATIZAÇÃO DE ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM EM USUÁRIOS PORTADORES DA SÍNDROME DE GUILLAIN BARRÉ: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Érica Vilaça Duarte<sup>1</sup>  
Wesley Souza Castro<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

ericaviladuarte@outlook.com; wesleyenf@yahoo.com.br

### RESUMO

A Síndrome de Guillain-Barré (SGB) é uma doença neurológica em que o sistema imunológico do corpo ataca parte do sistema nervoso periférico. É uma inflamação aguda e rapidamente progressiva dos nervos que causa perda da sensibilidade e fraqueza muscular. Esta síndrome provoca a destruição, remoção ou perda da bainha de mielina. A SGB é uma doença inflamatória dos nervos periféricos, caracterizada por fraqueza e dormência ou formigamento nas pernas e braços, uma possível perda de movimento e sensibilidade nas pernas e braços, parte superior do corpo e do rosto. Os sintomas progridem normalmente durante um período de poucos dias e são geralmente piores nas duas semanas do início dos sintomas. Apresenta-se de forma aguda e caráter progressivo, necessitando muitas vezes de cuidados especiais, em Unidade de Terapia Intensiva (UTI), devido à insuficiência respiratória apresentada, consequente da fraqueza muscular. A taxa de mortalidade varia, mas pode ser inferior a 5% em centros terciários, com uma equipe de profissionais familiarizados com a gestão de SGB. O diagnóstico é baseado em uma história clínica e exame físico. Há tratamentos disponíveis para a doença e na maioria dos casos, as pessoas se recuperam totalmente. Os tratamentos disponíveis para a SGB contribuem para acelerar a recuperação. A polineuropatia inflamatória desmielinizante aguda (SGB) pode ter uma apresentação clínica grave. Os casos mais graves da doença necessitam de tratamento médico de emergência, admissão hospitalar, períodos mais longos de reabilitação. Em alguns casos em que a SGB se instala de maneira grave a paralisia se espalha para os nervos respiratórios, controlar a respiração e instalar ventilador se torna necessário. Pessoas com SGB devem ter monitoramento cardíaco contínuo, que inclui a oxigenação de pulso, pressão arterial e pulso. Eles precisam de uma avaliação contínua das suas vias aéreas, respiração e circulação. O foco principal do tratamento, porém, é o cuidado de suporte e prevenção de eventuais problemas. O tratamento com plasmaferese ou imunoglobulina intravenosa (IVIg), a terapia geralmente é bem sucedida e ajuda as pessoas a se recuperarem rapidamente. O objetivo deste trabalho foi analisar por meio de revisão sistemática da literatura as produções científicas sobre a assistência de Enfermagem ao usuário com SGB, descrever sobre a importância da SAE no tratamento dos usuários com SGB; avaliar as dificuldades encontradas pelos profissionais da Enfermagem na SAE no cuidado com os usuários com SGB e descrever o papel da Enfermagem na assistência a SGB. O estudo buscou aprofundar o conhecimento dos profissionais de Enfermagem frente a SAE por meio de uma revisão de literatura, porém nota-se a necessidade que os profissionais de Enfermagem se conscientizem frente à utilização correta da SAE.

**Palavras Chaves:** Doenças Neurodegenerativas, Síndrome de Guillain-Barré, Sistematização da Assistência de Enfermagem.

<sup>1</sup> Graduanda em Enfermagem pela FAPAM - Faculdade de Pará de Minas

<sup>2</sup> Mestre em Enfermagem pela Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Professor e Coordenador do Curso de Enfermagem - FAPAM

## ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NA ATENÇÃO DOMICILIAR: Uma revisão de literatura

Fernando Bussolotti Godinho<sup>1</sup>  
Wesley Souza Castro<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

fernandobussolotti@yahoo.com.br; wesleyenf@yahoo.com.br

### RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de analisar as práticas da equipe de Enfermagem na Atenção Domiciliar (AD). Para realização desse trabalho, foi utilizada a revisão sistemática da produção científica. Para o desenvolvimento das etapas da revisão sistemática, como estratégias de busca elaboraram-se os seguintes critérios de inclusão (artigos em língua portuguesa, inglesa e espanhola e os descritores assistência domiciliar, visita domiciliar, atenção domiciliar e cuidado, publicados entre 2007 e 2017) e exclusão (artigos que, apesar de fazerem referência ao objeto da pesquisa, estivessem relacionados à atenção psiquiátrica, à saúde mental ou outros temas não relacionados aos objetivos da pesquisa e os não disponíveis na íntegra para a leitura) dos artigos a serem buscados e posteriormente aplicou-se o teste de relevância. Pretende-se ainda, descrever a transferência do cuidado de Enfermagem dos usuários da equipe hospitalar para a AD, verificar a relação da equipe de Enfermagem com os familiares e identificar as atividades do Enfermeiro da AD. Após a discussão elaborou-se as categorias: transferência para a AD; AD; AD e a família; AD e a Enfermagem. Concluiu-se que o cuidado domiciliar (CD) é amplo e exige um grande conhecimento do Enfermeiro, que não deve tratar apenas a doença principal, mas também o lado emocional do usuário e de seus familiares. A falta de uma matéria específica em algumas Faculdades faz com que somente na especialização se alcance um nível ideal para o CD. Também, conclui-se que a ausência de um roteiro faz com que cada hospital siga as suas normas, sem uma padronização. Entretanto a AD vem como uma alternativa para redução de custos e liberação de leitos hospitalares, além de que a residência e o apoio dos familiares são melhores para a melhora do quadro do usuário.

**Palavras-chave:** Assistência domiciliar. Atenção Domiciliar. Serviços de assistência domiciliar.

---

<sup>1</sup> Graduando em Enfermagem pela FAPAM.

<sup>2</sup> Mestre em Enfermagem pela Escola de Enfermagem - UFMG, Professor e coordenador do Curso de Enfermagem – FAPAM.

# HISTÓRICO DE EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS RELACIONADAS AO ALEITAMENTO MATERNO

Tássia Fernandes Silva<sup>1</sup>  
Edson Alexandre de Queroz<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

tassiafernandes20@hotmail.com; edalexqueiroz@yahoo.com.br

## RESUMO

Este trabalho teve como objetivo descrever como o Brasil evoluiu em questão das políticas públicas do aleitamento materno e como as mulheres vêm adquirindo seu espaço no mercado de trabalho. A metodologia utilizada foi revisão bibliográfica sistematizada, tendo como resultado uma linha do tempo e um quadro que sintetiza as políticas públicas relacionadas ao aleitamento materno, que mostra a evolução das leis durante os anos de 1935 a 2008. Quais mudanças históricas das políticas públicas da mulher relacionadas ao aleitamento materno? A primeira lei estabelecida no Brasil para a mulher relacionada ao aleitamento materno foi a Convenção relativa ao emprego das mulheres antes e após o parto. Em 1935 a lei proibiu a mulher de trabalhar durante seis semanas após o parto. Em 1943 a licença maternidade passou para 4 semanas antes do parto e seis semanas após o parto. Em 1960 a assistência do pré-natal para garantir uma gestação saudável e um parto seguro, além de preparar as mamas para o sucesso na amamentação. Em 1966 estabelece a Convenção relativa ao amparo à maternidade que determinava uma licença de 12 semanas, no mínimo 6 semanas após o parto e nunca inferior. A Constituição Federal de 1988 designou para a gestante o direito de 120 dias de licença maternidade e salário integral durante seu afastamento. Em 2002 a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), apoiou e acolheu transformando em sua lei a CF de 88 garantindo 120 dias de licença maternidade e salário integral pago pela Previdência Social. Em 2008 cria se uma lei chamada de Empresa Cidadã, que garante 180 dias de licença maternidade, mas ainda não é obrigatório para todas as empresas, somente para aquelas que aderirem ao programa. Apesar da evolução das leis relacionadas as políticas públicas do aleitamento materno, pode se perceber que os passos do Brasil são muito lentos, ainda deve se melhorar tais leis, como por exemplo, o Brasil poderia passar a ser obrigatório todas as empresas a ter licença maternidade de 180 dias, pois assim a mulher amamentaria seu filho durante os seis meses de forma exclusiva.

**Palavras-chave:** Direito da mulher; Aleitamento Materno; Licença Maternidade; Convenções OIT; Hospital Amigo da Criança; Licença maternidade OIT; 180 dias de licença maternidade.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Enfermagem pela FAPAM – Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Doutorando em Enfermagem pela UFMG. Mestre em Ciências Biológicas pela UFMG. Graduado em Enfermagem pela UFMG.

## O CONVIVER COM A HANSENÍASE: relatos de experiências

Luana Tamarys Cançado da Silva. <sup>1</sup>  
Marisa Gonçalves Brito Menezes. <sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

lulu-pit@hotmail.com

### RESUMO

A hanseníase é uma doença infectocontagiosa crônica causada pelo *Mycobacterium leprae*, considerada um importante problema de saúde pública, cujo diagnóstico precoce é essencial para o controle, tratamento e cura da doença. Este estudo teve como objetivo geral analisar o universo do hanseniano e como objetivos específicos: conhecer as características da patologia; expor dados epidemiológicos do Brasil e da cidade de Pará de Minas; revelar o estilo de vida dos portadores da patologia nas colônias; abordar possíveis estigmas e preconceitos que tenham sido vivenciados pelo portador da hanseníase; descobrir o impacto ocasionado pela patologia na vida social desde seu diagnóstico e relatar o seu convívio com a doença, expondo pontos limitativos vividos. Tratou-se de um estudo transversal de pesquisa de campo e estudo de caso de caráter descritivo do tipo qualitativo, que foi desenvolvido na cidade de Pará de Minas, com roteiros de entrevistas semiestruturada baseados nos padrões éticos. Participaram da pesquisa dois sujeitos com o diagnóstico da hanseníase, com histórico de adesão ao tratamento. O sujeito 1 apresenta sequelas decorrente da doença e o sujeito 2, lesões características da reação hansênica. As falas dos sujeitos foram categorizadas de acordo com o tema das questões. A utilização da entrevista possibilitou uma abordagem holística sobre as vivências dos sujeitos com a hanseníase, seus pontos de dificuldade, suas visões a respeito dos preconceitos e estigmas. Nesse estudo foi possível perceber que nos dias atuais a hanseníase já não é tratada como uma doença que necessite de medidas extremas. Com o tratamento específico, pode-se ter um resultado positivo em relação à cura da doença e ainda, mesmo envolto de possíveis convencionalismos, é possível viver e conviver com a doença sem ser submetido a preconceitos e estigmas.

**Palavras-chave:** Hanseníase. Estigma. Lepra.

---

<sup>1</sup> Graduada em Enfermagem e Pós-Graduada em Urgência e Emergência - Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Mestre em Enfermagem UFMG, Especialista em Auditoria de Sistema de Saúde - Faculdade São Camilo BH, MG, Especialista em Terapia Intensiva - IEC – PUC- MG, Graduada em Enfermagem e Obstetrícia UFMG.

## SENTIMENTOS DOS PAIS EM RELAÇÃO AOS SEUS FILHOS PORTADORES DE NECESSIDADE ESPECIAIS

Raquel Cristina de Faria<sup>1</sup>  
Edson Alexandre de Queiroz<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas- FAPAM

raquellcfaria@outlook.com; edalexqueiroz@yahoo.com.br

### RESUMO

Este trabalho teve como objetivo mostrar os sentimentos dos pais ao saberem que seus filhos nasceram com alguma necessidade especial. A metodologia utilizada foi revisão bibliográfica sistematizada, baseada na síntese dos estudos sobre os sentimentos negativos e positivos dos pais em relação aos filhos com necessidades especiais e a comparação entre os autores. Os resultados apresentaram os impactos dos pais ao saberem da notícia, apontando seus sentimentos positivos e negativos. Conclui-se que um nascimento de uma criança portadora de necessidades especiais traz um momento de sofrimento, medo, desilusão, mas também de desafios, podendo traduzir-se em experiências positivas ou negativas. Mesmo com vários sentimentos indesejáveis, aos poucos, lentamente, cria-se um novo laço de amor dos pais para com seus filhos.

**Palavras-chave:** Família. Deficiência. Recém-nascido com necessidades especiais. Impacto.

---

<sup>1</sup>Graduanda em Enfermagem pela Fapam \_ Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Doutorando em Enfermagem pela UFMG. Mestre em Ciências Biológicas pela UFMG. Graduado em Enfermagem pela UFMG.

## STATUS ATUAL DOS CUIDADOS PALIATIVOS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Roosevelt Fernando Almeida Freitas<sup>1</sup>  
Edson Alexandre de Queiroz<sup>2</sup>

Faculdade de Pará de Minas – FAPAM

rooseveltfreitas57@gmail.com; edalexqueiroz@yahoo.com.br

### RESUMO

O cuidado paliativo vem se mostrando cada vez mais eficiente e necessário na área da saúde, levando em conta o envelhecimento populacional, o aumento da perspectiva de vida e como consequência o prolongamento de doenças crônico-degenerativas. O cuidado paliativo tem como principal finalidade o alívio da dor e suporte emocional para o paciente e família, em contrapartida à busca da autonomia até o momento da morte do indivíduo. Esse trabalho foi produzido através da análise sistemática de artigos publicados relacionados ao assunto na busca avaliar se a assistência é desenvolvida da forma que é preconizada e de direito do usuário. Os resultados mostram uma série de barreiras e dificuldades encontradas durante o processo de prestar o cuidado paliativo ao usuário, os relatos dos sujeitos entrevistados em determinados artigos variam entre falta de material e necessidade de adaptação estrutural até barreiras interpessoais entre a equipe de profissionais ou mesmo no relacionamento com a família e paciente. A criação de programas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) para o cuidado paliativo domiciliar e programas como Estratégia Saúde da Família (ESF) tentam suprir o cuidado necessário ao paciente, tendo em vista o paliativismo incipiente na área da saúde e a necessidade diária de melhora e adequação, chegando à conclusão de que o paciente que necessita de uma atenção específica e intensificada não está sendo atendido da forma que é previsto em lei e direitos segundo.

**Palavras-chave:** Cuidado paliativo. Estratégia saúde da família. Atenção domiciliar. Sistema Único de Saúde.

---

<sup>1</sup>Graduando em Enfermagem pela Fapam \_ Faculdade de Pará de Minas.

<sup>2</sup> Doutorando em Enfermagem pela UFMG. Mestre em Ciências Biológicas pela UFMG. Graduado em Enfermagem pela UFMG.



## APOIO



## REALIZAÇÃO

